



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO

LEI Nº 2295/2016

**APROVA O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 2.295/16, de 28 de Dezembro de 2016.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura (PMC), constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º. A partir da vigência desta Lei, o Município deverá, com base no Plano Municipal de Cultura, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 3º. O Poder Legislativo, por intermédio das comissões afins, acompanhará a execução do Plano Municipal de Cultura.

Art. 4º. O Município, através do Conselho Municipal de Política Cultural, acompanhará e opinará sobre a execução e implementação de projetos ou programas estratégicos programados pelo Departamento de Cultura de Turvo.

Art. 5º. Cabe ao Conselho Municipal de Política Cultural coordenar o processo de avaliação setorial a cada dois anos e avaliação geral do Plano Municipal de Cultura, a cada 5 (cinco) anos.

Art. 6º. O Plano Plurianual do Município será elaborado de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Cultura e dos respectivos planos decenais.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

**PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE
TURVO - SC**

Turvo, 30 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO- SC

Ronaldo Carlessi
Prefeito Municipal

Tiago Zilli
Vice-Prefeito

Jair Toretti
Diretor de Cultura

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

02 Representantes da área de Artes Visuais e Cênicas do município;

Titular: Márcio Roque
Suplente: Janaína Nicolete Pedro

01 Representante dos Artesões do município;

Titular: Marta Elizabeti Ribeiro Ávila

01 Representante da área dos músicos do município;

Titular: Luiz Ângelo Cirimbelli

02 Representantes da área de Dança do município;

Titular: João Junior Colodel
Suplente: Maribel Ribeiro

02 Representantes da área de Literatura/Biblioteca do Município;

Titular: Samuel Colodel

Suplente: Maria Ivete Favarin Pescador

01 Representante da área de Indústria e Comércio do Município;

Titular: Felipe Boza Della Vechia



Assessoria & Consultoria

J.L. DA SILVEIRA BATISTA

Jaime Luis da Silveira Batista

Empresário e Coordenador da Equipe Técnica

Odécia Almeida de Souza

Historiadora – Equipe Técnica

Sibeli Cardoso Borba Machado

Historiadora – Equipe Técnica

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE –AMESC

GESTÃO 2014

Evandro Scaini

Presidente

Zênio Cardoso

Vice-Presidente

GESTÃO 2015

Antônio João de Faveri

Presidente

Eclair Alves Coelho

Vice-Presidente

Cristiane Tonetto Biléssimo

Coordenadora de Turismo e Cultura

Apresentação

Com base na dimensão da transversalidade da Cultura, a Administração Pública Municipal de Turvo implantou legalmente no ano de 2015 o Sistema Municipal de Cultura, que tem a missão de garantir, ampliar e universalizar os direitos culturais dos cidadãos previstos na Constituição Federal, na perspectiva do desenvolvimento social e humano.

Uma das ações previstas na Lei do Sistema Municipal de Cultura Nº 2.260/2015 é a elaboração do Plano Municipal de Cultura. Ação que também está institucionalizada pela Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, em seu artigo terceiro, parágrafos § 2º e § 3º esta lei explicita que a vinculação dos Estados, Distrito Federal e Municípios às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura far-se-á por meio de termo de adesão voluntária, na forma do regulamento. Os entes da Federação que aderirem ao Plano Nacional de Cultura deverão elaborar os seus planos decenais até um ano após a assinatura do termo de adesão voluntária.

Deste modo, o município de Turvo apresenta seu Plano Municipal de Cultura que estabelece princípios, objetivos, ações e metas para o desenvolvimento cultural do município para dez anos (2015 a 2025), e foi construído com base em discussões ocorridas nas Conferências Municipais e Estaduais de Cultura e consolidadas no Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). Por isso, o PMC reflete anseios e demandas de todo o município, com respaldo do poder público e da sociedade civil.

O intuito da Administração Municipal é estimular um debate entre os participantes da diversidade cultural: cidadãos, artistas, representantes de culturas tradicionais e populares, produtores, gestores culturais e consumidores de cultura. Um debate sobre instrumentos de planejamento que permitam ampla participação social na elaboração e na execução de políticas públicas.

A finalidade do Planos de Cultura é de planejar programas, projetos e ações culturais que valorizem, reconheçam, promovam e preservem a diversidade cultural existente no município e na região. E, desta forma, assegurar a continuidade das políticas para além das gestões governamentais.

Para a construção do Plano Municipal de Cultura, muitas pessoas foram envolvidas, incluindo-se profissionais de órgãos públicos como da Prefeitura e a Câmara Municipais, mas prioritamente foi elaborado com a participação da sociedade civil. Assim, este Plano é resultado de um esforço conjunto e que revela, antes de tudo, desde os anseios mais simples

da sociedade às estratégias e possibilidades do poder público, que orientarão a execução e direcionamentos das políticas públicas de cultura para este município.

Palavras do Prefeito



O Plano Municipal de Cultura de Turvo objetiva instituir as políticas de cultura necessárias, centradas em ações que busquem a valorização da cultura local e regional. A elaboração de programas e projetos estratégicos em diversas áreas de atuação da sociedade é necessário a fim de concretizar a relação entre cultura e desenvolvimento, entendendo a importância da cultura em todas as suas dimensões.

Cultura não é fato pronto, mas uma noção historicamente construída e que varia ao longo do tempo. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 15 e 16, passa a proteger não apenas os bens físicos, mas também os saberes, as festas e os rituais, os chamados “bens imateriais”, o que destaca a pluralidade da Cultura brasileira, bem como a diversidade étnica e regional.

É perceptível a ampliação do conceito de Cultura, que expande também os horizontes das políticas culturais e os desafios da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes em nosso município, com seu papel de órgão propulsor e difusor da cultura como identidade local.

Um dos mais importantes avanços desta administração municipal foi justamente consolidar a cultura como um dos eixos de desenvolvimento econômico e social. A política cultural planejada para Turvo está interligada ao conjunto de políticas governamentais e se constitui numa contribuição setorial à busca do bem-estar coletivo.

Gestão é a palavra-chave deste momento que estamos vivendo, dando início ao processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura de Turvo, com orientação do

Ministério da Cultura. Afinal, a administração da Cultura não pode seguir os mesmos parâmetros da criação cultural e artística, que é e deve ser livre.

É importante destacar ainda que a política cultural deve ser planejada e deverá abranger uma gama imensa de atividades, que vão desde a ampliação de espaços culturais públicos, passando pelas diversas manifestações culturais.

O Plano Municipal de Cultura de Turvo vem incrementar a política cultural desenvolvida no município, e permitir preservar toda a diversidade cultural e assegurar, em primeiro lugar, o reconhecimento, respeito e a garantia dos direitos culturais. E é de suma importância que a sociedade civil se aproprie deste fórum e contribua para que possamos conceber um documento capaz de propor modelos e ferramentas para otimizar a gestão da cultura local.

A elaboração deste plano se constitui, portanto, num marco histórico para garantir a continuidade de políticas públicas para a cultura e a história de Turvo e seu povo, tornando-as políticas públicas, não apenas de governo, mas políticas culturais e históricas.

Ronaldo Carlessi
Prefeito de Turvo

Palavras do Gestor Municipal



Cultura não é fato pronto, mas uma noção historicamente construída e que varia ao longo do tempo. A implantação do Sistema Nacional de Cultura é sem dúvida um dos maiores marcos na história da Cultura deste país. Mais do que preservar o passado, lembrando-se de muitos anônimos que por séculos mantiveram vivas as tradições, possibilita de forma organizada, evoluirmos ainda mais nas questões culturais.

O município de Turvo é hoje culturalmente o que nossos primeiros imigrantes trouxeram e que durante décadas foram repassados de geração em geração.

Com a implantação do Plano Municipal de Cultura, teremos a oportunidade de mantermos vivas nossas tradições e criarmos mecanismos para continuarmos expandindo para as futuras gerações.

Possuímos uma grande diversidade cultural, mas ainda pouca explorada. O Plano Municipal de Cultura, através da implantação de Leis, metas, estratégias e diretrizes e da participação de toda a sociedade, vem garantir a legitimidade da execução de políticas públicas para a Cultura, organizando, norteando, regularizando e democratizando a gestão desse segmento na cidade de Turvo. Assim manteremos vivas nossas histórias, costumes e nossa Cultura.

*“Um povo sem conhecimento, saliência de seu passado
Histórico, origem e cultura é como uma árvore sem raízes”. (Bob Marley).*

Jair Toretti
Diretor de Cultura

Palavras da Coordenadora de Turismo e Cultura da AMESC



No ano de 2015 completo 10 anos de trabalho na Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, tenho aprendido diariamente ao longo destes anos, eu sempre acreditei no desenvolvimento turístico da região Caminho dos Canyons. Nesta caminhada, com o tempo fui percebendo que era impossível tratar de turismo sem sistematizar as áreas culturais dos municípios, tratei de articular todas as estratégias possíveis para coordenar o fortalecimento regional integrado do turismo e da cultura na AMESC.

Especificamente neste dois anos de trabalho para a implementação dos Sistemas Municipais de Cultura que nos foram possibilitados pelas gestões de presidência do prefeito Evandro Scaini e do prefeito Antônio João de Fáveri, o objetivo da AMESC foi munir os gestores culturais de capacitação e assessoria para um processo eficiente e coerente de implantação dos SMCs, ou seja, não buscamos dar “receitas prontas” e sim ensinar a construí-las. Alguns gestores souberam aproveitar as oportunidades e produziram um processo de planejamento participativo e democrático.

A AMESC buscou oferecer os instrumentos e mecanismos necessários de forma igualitária para cada município realizar seu planejamento cultural para os próximos 10 anos. Porém, é preciso ter clareza que esse processo não se encerra por aqui, com a entrega deste material, porque é necessário dar continuidade no processo de inventariação e diagnóstico situacional da cultura em cada município e validação deste plano junto a sua população, assim como é preciso atualizá-lo e reformulá-lo constantemente, pois, do contrário será só mais um “plano de gaveta”, sem nenhuma ação efetiva e enriquecedora para o fortalecimento das áreas culturais.

Reforço que o cumprimento das metas e ações destes planos dependem principalmente dos gestores e atores culturais que conduzirem, monitorarem e fiscalizarem a sua execução. Se houver acomodação e falta de comprometimento, as políticas públicas previstas não se efetivarão.

Sabemos que infelizmente algumas áreas, como por exemplo a cultura, ainda não são prioritárias para alguns administradores, mas, para mudar esta realidade é preciso “vestir” literalmente a “camisa da cultura” e provar que ela é parte integrante e indispensável do desenvolvimento do Estado, e que este, tem o compromisso de garantir com que os direitos culturais previstos na Constituição Federal de 1988 sejam cumpridos.

Coloco-me a disposição como Coordenadora de Cultura e Turismo da AMESC, para contribuir com a execução destes planos, buscando novas capacitações, informações e parcerias que venham a somar e tornar cada vez mais a região “Caminho dos Canyons” referência de Gestão Pública Cultural.

Cristiane Biléssimo

Coordenadora de Turismo e Cultura da AMESC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Palavras do Prefeito

Palavras do Gestor de Cultura

Palavras da Coordenadora de Turismo e Cultura da AMESC

1. O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE TURVO.....	13
1.1 Introdução.....	13
1. Conceitos e discussões sobre Cultura e Cultura Popular.....	15
2. A importância do Plano Municipal de Cultura	19
3. Concepção de Política Cultural.....	19
2 SOBRE O MUNICÍPIO.....	21
2.1 Histórico do município.....	26
2.2 Dados Gerais do município.....	36
2.3 Dados Geográficos.....	41
2.4 Dados Econômicos	43
2.5 Dados Populacionais.....	45
3 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA CULTURA NO MUNICÍPIO	46
3.1 O Patrimônio Cultural.....	47
4 A GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS.....	75
5 DIRETRIZES E PRIORIDADES.....	79
6 METAS E AÇÕES.....	80
7 RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS.....	100
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103

1 O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE TURVO

1.1 Introdução

A sociedade é o resultado de processos culturais, ou seja, da construção humana. A compreensão da sociedade somente é possível se nos referirmos a agrupamentos humanos específicos cada um com sua cultura, sua visão de humanidade e de mundo.

É por meio da cultura que o indivíduo formará sua **escala de valores**, sua visão do mundo; sua relação com a sociedade e com o ambiente, definindo o referencial para o **contrato social**, feito por **regras legais ou morais**, que determinará a maneira de agir de uma pessoa ou de uma coletividade.

A cultura abrange todas as esferas da atividade humana, das relações sociais às técnicas de produção e de trabalho, da moral à religião, da linguagem às artes, dos hábitos e costumes ao imaginário, da ciência à filosofia. Nesta perspectiva, podemos considerar que existem muitas “culturas” que construídas historicamente reúnem todos os resultados das experiências humanas e todo o conhecimento humano.

Dimensão Simbólica:

É relacionada à capacidade de criar e simbolizar da humanidade, dando uma amplitude universal aos direitos do homem como ser, individual e coletivo.

Dimensão Cidadã: Assegura a produção e o acesso aos bens universais, como também, o direito à participação, ao acompanhamento e fiscalização na execução das políticas culturais, para que haja anuência nas decisões do poder público e sociedade.

Dimensão econômica:

Organização de cadeias produtivas haja em vista que a cultura é um dos segmentos que mais cresce no mundo, sendo um dos principais fatores de desenvolvimento econômico e social; Coloca a cultura como fonte imprescindível da nova economia.

A cultura como elemento fundamental para a humanização. Portanto, o crescimento econômico deve estar associado à identidade e à diversidade das comunidades envolvidas.



Figura: Tridimensionalidade da Cultura.
Fonte: SNC.

Com base nestes conceitos e na dimensão da tridimensionalidade da Cultura, a Administração Pública Municipal procede a criação e implantação do Sistema Municipal de Cultura, que terá a missão de garantir, ampliar e universalizar os direitos culturais dos cidadãos previstos na Constituição Federal, na perspectiva do desenvolvimento social e humano.

Considerando para isso as determinações do Artigo 216-A da Constituição Federal que estabelece em função da criação do Sistema Nacional de Cultura, que os Estados e Municípios deverão organizar seus respectivos Sistemas de Cultura em leis próprias, obedecendo às estruturas definidas no Sistema Nacional:

§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:

- I - órgãos gestores da cultura;
- II - conselhos de política cultural;
- III - conferências de cultura;
- IV - comissões intergestores;
- V - planos de cultura;
- VI - sistemas de financiamento à cultura;
- VII - sistemas de informações e indicadores culturais;
- VIII - programas de formação na área da cultura; e
- IX - sistemas setoriais de cultura.

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um instrumento de gestão compartilhada de políticas públicas de cultura entre os entes federados e a sociedade civil. Seu principal objetivo é fortalecer as políticas culturais da União, Estados, Distrito Federal e municípios por meio de institucionalização e ampliação da participação social para promover desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais e amplo acesso a bens e serviços culturais.

É uma estrutura que integra, articula e organiza a gestão cultural, aproximando as três esferas de governo e a sociedade civil.



Figura: Estrutura do Sistema Nacional de Cultura
Fonte: SNC

1.2 Conceitos e discussões sobre Cultura e Cultura Popular

Em um país tão grande como o Brasil sabemos que existiram e existem diferentes formas de viver, sentir e fazer cultura, diante de toda esta diversidade. Neste contexto, inicialmente busca-se refletir sobre a concepção antropológica de cultura apresentada por Brandão, o autor enfatiza que a cultura está no que nós fazemos ao transformarmos as coisas da natureza em objetos da cultura, por meio do nosso trabalho. Ela se manifesta em tudo o que nós nos transformamos ao criarmos as nossas próprias formas simbólicas e reflexivas de convivermos uns com os outros. (BRANDÃO, 2008, p. 31).

Brandão (2008) destaca que nós estamos acostumados a atribuir qualidades às diferentes culturas humanas, porém ele justifica que as culturas humanas são diferentes e essa diversidade não deve gerar desigualdades, pois, geralmente, tomamos modelos comparativos, tendo como referência a nossa própria cultura, e isso faz com que diante das diversas manifestações culturais, o nosso olhar muitas vezes seja de estranhamento.

No entanto, precisamos compreender que as diferentes formas de produção cultural são variações das sociedades, e devemos respeitá-las e problematizá-las, entendendo as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais que estão intrínsecas nos produtos e principalmente, nos produtores culturais.

A partir desta concepção de cultura, cabe-nos reflexões sobre o conceito de Cultura Popular. Santos (1986) apresenta uma reflexão sobre a trajetória histórica deste conceito, reforçando a definição de que a Cultura Popular sempre esteve contraposta a existência de uma cultura de elite: a cultura erudita.

Arantes (1988) destaca que para muitos pesquisadores as manifestações culturais “tradicionais” são como resíduo da cultura “cultura” de outras épocas, filtrada ao longo do tempo pelas sucessivas camadas da estratificação social.

Outros autores tratam desta dualidade contraditória em relação ao conceito de cultura popular, citando que a vertente folclorista busca eternizar a cultura popular como tradição que deveria ser cristalizada em seu tempo e espaço. Neste viés, a cultura popular se converteria em um passado inarredável, completo, no presente. (ARANTES, 1988. p. 17).

No livro *Cultura Popular no Brasil* os autores conceituam cultura popular como sinônimo de cultura do povo, uma prática própria de grupos subalternos da sociedade. Entretanto estes autores problematizam a visão da cultura popular tratada como algo pitoresco, arcaico, anacrônico, inculto. Enfim algo superado e em estado de deteriorização. (AYALA e AYALA, 2002, p. 10).

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que o meio rural é considerado o local privilegiado desta cultura considerada popular, devido à suposição de que o homem do campo seria mais conservador, tradicional, ingênuo, rude e inculto, atributos tidos por muitos como caracterizadores do folclore. E, assim, os folcloristas na década de 1950 no Brasil viam a modernização e a urbanização das cidades como uma ameaça ao desaparecimento das tradições populares que para eles só sobreviveriam em um ambiente "isolado e atrasado". Por isso, ocorreram alguns movimentos nesta época para registrar e preservar estas tradições. (AYALA e AYALA, 2002, p.18).

ARANTES (1988) contribui com esta reflexão afirmando que pensar a “cultura popular” como sinônimo de “tradição” é reafirmar constantemente a ideia de que a sua *Idade de Ouro* deu-se no passado. Em consequência disso, as sucessivas modificações que necessariamente passaram esses objetos, concepções e práticas não podem ser compreendidas, senão como empobrecedoras. Aquilo que se considera como tendo tido vigência plena no passado só pode ser interpretado, no presente, como curiosidade.

Contrapondo-se a ideia de cultura popular apenas como tradição, Canclini (2000), salienta que atualmente as culturas camponesas e tradicionais já não representam a parte majoritária da cultura popular. As tradições se reinstalam mesmo além das cidades em um sistema interurbano e internacional de circulação cultural.

Para Canclini (2000), essa preocupação dos folcloristas com a conservação costuma vir acompanhada da noção de folclore como um conjunto de objetos, de produtos cristalizados, pouco importando o contexto social e quem os produz. Um dos primeiros obstáculos para o conhecimento folclórico procede do recorte do objeto de estudo. Deste modo, o folclore era concebido como propriedade grupos indígenas ou camponeses isolados e auto-suficientes, cujas técnicas simples e a pouca diferenciação social os preservariam de ameaças modernas. Os folcloristas deste período se interessam mais pelos bens culturais objetos, lendas, músicas que pelos agentes que os geram e consomem. (CANCLINI, 2000, p. 211).

Na obra *O que é folclore?* Brandão (1982) estabelece o percurso histórico desta denominação que já foi entendida entre tantas outras formas, enquanto cultura primitiva. Como uma disciplina diferenciada de uma ciência, a Antropologia ou ainda como uma nomenclatura dada à cultura popular.

Entretanto Brandão segue argumentando que no decorrer dos anos a ideia de folclore apenas como tradição popular estendeu-se a outras dimensões. Dimensões mais atuais, associadas à vida do povo, à sua capacidade de criar e recriar. A partir daí tudo aquilo que, existindo como forma peculiar de sentir e pensar o mundo existe também como costumes e regras de relações sociais. (BRANDÃO, 1982, p. 30).

Fica evidente, portanto, que não podemos perceber no folclore e na cultura popular as tradições que os ligam apenas ao passado, devemos evitar os reducionismos nas concepções de cultura. Destaca-se aqui que ocorreram modificações na forma de pensar a cultura popular. Ayala e Ayala (2002) no livro *Cultura Popular no Brasil* relatam as experiências de vários pesquisadores sobre o folclore brasileiro, como também o fez em suas propostas Amadeu Amaral para as mudanças de sentido na abordagem. O autor enfatiza a

necessidade de que os registros e a análise de uma manifestação cultural popular levassem em conta outras manifestações, os costumes, as crenças e as práticas que as acompanhassem e explicassem, ou seja, aquilo que podemos chamar de contexto cultural.

O Folclore passa a ser definido conforme Brandão (1982) “como uma linguagem que o uso torna coletiva”, são símbolos normatizados através dos quais as classes populares se expressam e repassam de geração em geração e modificam de acordo como o contexto social.

Se seguirmos uma visão inicial acerca da concepção de folclore, contribuiremos para priorizar os produtos em detrimento dos produtores e, assim, a valorização se daria pela sua repetição e não pela sua transformação. Canclini (2000) nos alerta que é possível construir uma nova perspectiva de análise do tradicional ou popular levando em conta suas interações com a cultura da elite e com as indústrias culturais.

E, é neste sentido, que Canclini (2000) discute a ideia de que a luta pela manutenção da tradição enquanto “pureza absoluta” da cultura popular significa estagnação. Ele defende os hibridismos culturais, no seu entendimento o que existe de melhor é o misturado, as identidades híbridas são mais interessantes, pois mudam, são criativas e flexíveis.

Do mesmo modo, atualmente existem estudiosos que consideram as transformações das culturas em diferentes temporalidades e contextos sociais. Ayala e Ayala (2002) concordam que as práticas culturais populares, na verdade, modificam-se juntamente com o contexto social em que estão inseridas, sem que isso implique necessariamente sua extinção.

Arantes (1988) contribui com esta discussão afirmando que embora se procure ser fiel à “tradição”, ao “passado”, é impossível deixar de agregar novos significados e conotações ao que se tenta reconstruir. Para ele, essa forma de pensar a cultura pressupõe que ela seja passível de cristalização, permanecendo imutável no tempo a despeito das mudanças que ocorrem na sociedade. (ARANTES 1988, p. 21).

O autor reforça ainda que a Cultura é um processo dinâmico; transformações (positivas) ocorrem, mesmo quando intencionalmente se visa congelar o tradicional para impedir a sua deteriorização. (ARANTES 1988, p. 21).

Neste viés, é preciso considerar a cultura popular enquanto produção também do no presente. Assim, se a delimitação da cultura popular não pode estar baseada exclusivamente no tipo de interesses da classe que veicula, também não pode ser feita a partir de características que a vinculem rigidamente ao passado. Critérios como a origem rural, o caráter tradicional, a antiguidade, a preservação pela imitação, a manutenção de concepções ou práticas arcaicas, próprias a condições de existência já extintas ou em vias de desaparecimento, resultam em um enfoque que congela a cultura no passado. Esquecendo

que, como toda cultura, ela só se mantém na medida em que for reproduzida, reelaborada permanentemente, e que necessariamente se transforma quando se modificam as condições históricos-sociais no âmbito das quais é produzida. (AYALA E AYALA, 2002, p. 62).

1.3 A importância do Plano Municipal de Cultura

O Plano Municipal de Cultura organiza, regula e norteia a execução da política Municipal de Cultura. Sua organização é de responsabilidades do órgão gestor da política cultural, que submete à aprovação do Conselho de Política Cultural, reafirmando o princípio democrático e participativo. Deve ser construído com base nas diretrizes deliberadas pelas Conferências Municipais de Cultura e nas estratégias formuladas pelo Conselho de Política Cultural.

Neste sentido, o Plano de Cultura envolve o planejamento e a implementação de políticas de longo prazo (10 anos) para a proteção e promoção da diversidade cultural. Com a aprovação do plano, pela câmara de Vereadores, esse processo avança politicamente, ganha estabilidade jurídica e tem assegurado a sua continuidade enquanto política de Estado.

Dentre as principais finalidades do Plano Municipal de Cultura estão:

- O fortalecimento institucional e a definição de políticas que assegurem o direito constitucional à cultura;
- A proteção e a promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e Cultural;
- A ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território;
- A inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico;
- O estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

1.4 Concepção de Política Cultural

As políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

As especificidades das políticas públicas culturais precisam ultrapassar os objetivos da promoção das artes e da proteção do patrimônio para alcançar o desenvolvimento pleno das comunidades, a gestão pública da cultura se coloca deste modo, como instrumento de ação para incrementar atividades em todos os setores da administração e oferecer perspectivas novas para os mesmos, no sentido da melhoria da qualidade de vida da população, da qualidade das relações humanas e sociais, da valorização dos espaços comunitários, da humanização da vida urbana, da abertura de alternativas de desenvolvimento econômico.

2 SOBRE A REGIÃO E O MUNICÍPIO

Na história dos municípios que compõe a Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina percebe-se a presença de várias etnias que imigraram para povoar e colonizar o Sul do Brasil. Miscigenados nativos, açorianos, africanos, italianos e outros povos expandiram suas tradições, tornando-se ponto de referência em muitas regiões de Santa Catarina.

Com a preocupação de apresentar de forma geral algumas percepções sobre a história do povoamento de Santa Catarina, é importante neste trabalho dialogar com historiadores que refletem sobre este assunto.

Acredita-se que a partir dessas reflexões, será possível repensar o processo de constituição dos municípios desta região, oferecendo visibilidade as contribuições culturais expressadas pelas etnias presentes no povoamento dos municípios.

No entanto, antes de tratar especificamente do povoamento europeu no estado de Santa Catarina é imprescindível destacar a existência de muitas pesquisas arqueológicas em diferentes regiões do estado revelando a presença de grupos humanos pré-históricos e indígenas. Estes grupos que ocuparam sucessivamente o território catarinense estabeleceram seus modos de vida próprios e suas relações com o ambiente, muitas das quais perpetuam nos dias atuais.

Sabe-se que comumente a historiografia brasileira reproduz as ideias eurocêntricas de descobrimento, conquista e colonização, desvalorizando a presença dos grupos humanos que viveram no período anterior ao povoamento europeu.

Sobre a ocupação indígena no extremo sul do Estado de Santa Catarina Carola e Dassi (2014, p. 51) afirmam que no século XVI e XVII “dentre os povos que habitavam a região da bacia do rio Araranguá, os Guarani (Carijó) eram preferidos pelos bandeirantes e missionários”, sendo útil quando se submetiam mão de obra escrava e inútil quando resistiam ao seu “suposto destino natural”.

Sendo que no século XVIII e XIX estudos arqueológicos registram a presença de outro grupo indígena neste território, os Xokleng, nômades sazonais que “no inverno deslocavam-se para o planalto serrano em busca do pinhão e caça nas matas de araucária, nos demais períodos do ano percorriam trilhas pela mata atlântica” coletando e caçando (CAROLA; DASSI, 2014, p. 53-54).

Desta forma, pode-se considerar que o território do extremo sul catarinense foi ocupado primeiramente por estes grupos que se fixavam ou circulavam pela região.

Povoamento vicentista e açoriano em Santa Catarina

O povoamento do território catarinense está intimamente ligado, ao ciclo dos descobrimentos marítimos ibéricos. De acordo com Piazza (1983), após dissolvida a União Ibérica, a coroa portuguesa logo tratou de alargar seu território e suas fronteiras, para isso, contou com os bandeirantes, e isto significou uma série de expedições dentro do contexto “bandeirantismo” paulista. Assim, o litoral percorrido por essas “bandeiras” passou a ser conhecido e conseqüentemente, ocorreu a ocupação.

Resultaram desses bandeirismos as fundações vicentistas de São Francisco, Desterro e Laguna.

As povoações localizadas em São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna foram as bases para conquista portuguesa do Sul. A captura de índios e as tentativas de encontrar minas de ouro e prata motivaram os paulistas a realizar contínuas expedições ao Sul. (SANTOS, 1995, p. 42).

Durante o século XVIII dar-se-á, definitivamente, a exploração das minas de ouro e pedras preciosas, especialmente no centro-oeste do Brasil, no atual estado de Minas Gerais. Para garantir o abastecimento da população que vivia em função desta exploração e que, praticamente, não se dedicava à agricultura e à pecuária é que a Região Sul do Brasil foi incorporada à economia do Brasil Colonial.

Os paulistas que vinham ao Sul caçar índios para vendê-los como escravos nos mercados de São Vicente e Bahia, aos poucos, foram se fixando no litoral de Santa Catarina. Assim, provavelmente em 1658. Manoel Lourenço de Andrade transferiu-se com toda sua família, escravos e agregados para o Rio São Francisco. (Idem).

É importante considerar, como fator de ocupação humana, em toda a região que vai de Laguna até o Rio Grande do Sul, em plano cronológico, inicialmente os índios verdadeiros donos da terra, posteriormente o povoamento lusovicentista, seguindo-se do açoriano, os africanos introduzidos para o trabalho escravo. E depois, no século XX, se destacar a ampla influência do elemento germânico, italiano, polonês e de outras etnias, quando, também, mais efetivamente se define o fenômeno da colonização.

Na história do processo de colonização do Sul do Brasil, a presença cultural de base açoriana merece grande destaque, pois estes fizeram parte de um ousado projeto português na tentativa de uma ocupação permanente no Sul.

O arquipélago dos Açores situado no meio do oceano Atlântico foi povoado pelos portugueses no início do século XV. No entanto, quando Portugal decidiu proceder a

emigração de parte da população do arquipélago, as ilhas apresentavam problemas decorrentes de uma densidade demográfica elevada. Havia escassez de terras agricultáveis e de criação e, não raro, a miséria era vivida por muita gente. O governo português imaginou resolver de uma só vez dois problemas; reduzindo a pressão demográfica e suas consequências no arquipélago, prometendo a infraestrutura necessária aos seus projetos de expansão e de domínio no sul do Brasil.

Os açorianos desembarcaram inicialmente na Ilha de Santa Catarina (Desterro), e posteriormente ocuparam as vizinhanças de Laguna e alguns casais foram orientados para seguir para o Rio Grande do Sul.

Aos imigrantes foi prometido grande ajuda, representada por transporte gratuito, terras, ferramentas, armas, animais, farinha, isenção do serviço militar, etc. Contudo, essas promessas nem sempre foram cumpridas. Havia falta de tudo e o dinheiro que a metrópole oferecia não era suficiente, a ocupação de casas devolutas não solucionava a carência de habitação. Muitos casais, então, foram hospedados pelos moradores da vila do Desterro. Mais tarde, passou a ser obrigação das famílias açorianas já instaladas o acolhimento das novas famílias que chegavam.

Além disso, os colonos enfrentaram dificuldades na organização da agricultura, tiveram que aprender outras técnicas de cultivo em terras tão diferentes das que deixaram em Açores. Trocaram o trigo pelo cultivo da mandioca, modificando assim seus hábitos alimentares. A farinha de mandioca foi suficiente não só para o sustento cotidiano como para abastecer as tropas e o Rio Grande do Sul.

Sabe-se que o vaivém dos tropeiros dava-se, entre o norte e o sul e vice-versa, com isso surgia um importante intercâmbio econômico e social por meio dos contatos, em especial entre as comunidades que nasciam. Verdadeiras tropas carregadas de produtos e mercadorias passavam com novas notícias, com utilidades e futilidades que os centros maiores ofereciam. Isto fez nascer e crescer os sítios de pouso, que depois vieram a se constituir em cidades. Ao “caminho do gado”, deu sua origem além de Araranguá, os núcleos de povoamento como São Joaquim, Lages, Curitiba, Bom Jesus, Mafra, Porto União e diversos outros municípios.

No vale do Araranguá, em decorrência da estrada dos Conventos, deu-se um grande impulso no desenvolvimento econômico e social da região. Esta estrada que cortava o vale do Araranguá, seguia do Morro dos Conventos em direção à Serra Geral, e daí aos campos de Curitiba chegando posteriormente a São Paulo. O caminho dos tropeiros permitiu ao extremo sul de Santa Catarina consolidar-se como um ponto de passagem, interligando a economia do planalto com a própria produção que se instalava em função da ocupação açoriana.

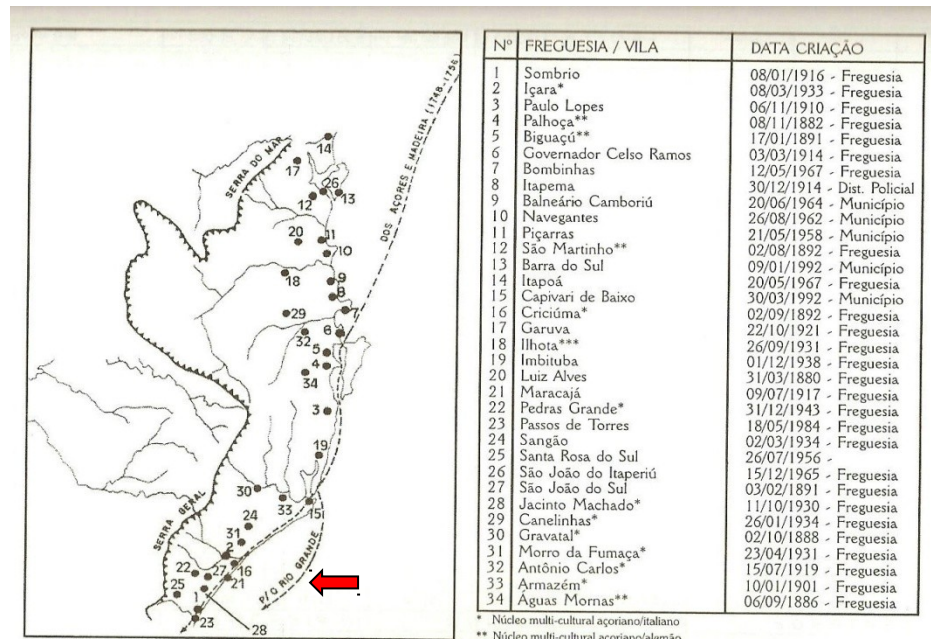


Foto: Núcleos de Colonização Açoriana.
Fonte: Piazza, 1983.

Imigração europeia em Santa Catarina a partir do século XIX

O autor Rémond destaca que no século XIX a Europa parece superpovoada, o continente não possui produção agrícola suficiente para abastecer toda a população, levando-se em conta o desenvolvimento de sua indústria, não pode oferecer trabalho a um número maior de pessoas. Os efeitos desse impulso demográfico são agravados pela adoção industrial das máquinas, que provoca a falta de trabalho, por motivos tecnológicos.

Percebe-se, então, que as consequências sociais desse crescimento demográfico resultam no pauperismo, no desemprego crônico, na baixa dos salários, levando parte da população europeia a ver na emigração uma saída para encontrarem, em outras terras, o trabalho, a fortuna e a liberdade.

O grosso da emigração europeia, portanto, será constituído principalmente de camponeses sem terra, de operários sem trabalho, de burgueses arruinados. As grandes levas de emigração coincidem com as crises econômicas que atingem a Europa: os países que contribuem mais substancialmente para esse movimento de emigração são os mais atingidos pela falta de trabalho e miséria.

Grande parte destes emigrantes, como informa Rémond, vem para o continente americano, em proporções desiguais para a América do Sul e para a América do Norte, cerca

de 8 milhões de pessoas, principalmente espanhóis, italianos e alemães, dirigiram-se para a América do Sul.

Segundo Pedro (1998), a vinda no século XIX, de alemães, de italianos e de poloneses marcou, portanto, uma outra fase na história do povoamento catarinense.

Estes imigrantes europeus num período de sessenta anos vão quadruplicar e encontrarão uma sociedade já preparada para subjugar elementos negros. É por isso que ao se isolar, eles vão preterir, com mais violência aqueles que já eram alvos de preconceito pelos demais componentes desta sociedade. Por outro lado, em especial, os alemães e italianos, já expropriados em sua área de origem traziam as representações da sociedade burguesa, calcada na superioridade racial da colonização européia, onde o discurso do trabalho livre e branco como portador do progresso e identificado com a civilização já estava dado. Isto reforçou o isolamento destes em relação aos africanos e seus descendentes. (PEDRO, 1998, p. 22-23).

Piazza (1983), ressalta que a província de Santa Catarina, por volta de 1820, restringia-se a uma faixa de povoamento entre o mar e as encostas do planalto, como tentativa de efetivar um crescimento social e econômico como um todo. Só cabia uma ação: a intensificação da colonização e pode-se dizer que até 1840, Santa Catarina foi a única Província a iniciar um programa de imigração baseado na Provisão de 8 de abril de 1823, que permitia dar terras aos agricultores.

Estas idéias, visando o progresso da Capitania e depois Província de Santa Catarina só vão ter seguimento, anos mais tarde, porquanto, de um lado representavam tais povoações uma área de apoio sócio-econômico para região, e, de outra parte, uma base a qualquer operação militar. Em 1828, o governo Imperial ordenava ao Presidente da Província de Santa Catarina, que instalassem os colonos alemães enviados, em duas colônias, mas, na execução o serão numa única.

De acordo com Piazza, a partir de 1840 e 1850, após D. Pedro de Alcântara ser elevado ao título de “Imperador do Brasil”, inicia-se um novo ciclo no processo colonizador brasileiro. Dentro desta política de colonização, algumas medidas são adotadas para favorecer o processo colonizador, como se vê na Lei referente às terras devolutas, de 28 de outubro de 1848, que estabelece: A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terra devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas a colonização e, não poderão ser arroteadas por braços escravos.

Mais adiante, outros vão migrar para o vale do rio Itajaí ou para o vale do rio Tubarão ou para os seus formadores, ou ainda, para o vale do rio Araranguá. Assim, se fixam nas povoações de Belchior e Pocinho, no médio curso do Itajaí-açu, antes de 1850, e mais tarde, no vale do Armazém, tributário do rio Tubarão, e, no século XX, fundam Forquilha, no Sul de Santa Catarina.

2.1 Histórico do município

A colonização de Turvo teve início com os imigrantes italianos Marcos Rovaris e Martinho Guizzo, que conseguiram do governo do estado grandes extensões de terra devolutas, como pagamento de seus serviços na abertura de estradas para o estado. O primeiro obteve suas terras entre os rios Jundiá e Amola Faca, cabendo ao segundo as que ficavam entre os rios Amola Faca e Pinheirinho.

Em 1912, Ângelo Rovaris comprou de seu primo, Marcos Rovaris um terreno no baixo Rio Turvo, desmatou e fez as primeiras plantações. Em sociedade, montaram um engenho de farinha e uma serraria, com o que conseguiram atrair colonos para a vizinhança. Um dos primeiros a chegar foi Antônio Bez Batti, vindo de Urussanga em 1913, iniciou a derrubada da mata, nos terrenos onde hoje se situa a sede municipal. Abriu então uma estrada, e, posteriormente, foram erguidas a primeira venda e a capela, que foi a primeira construção de tábuas de madeira serrada no local.

Em 1930, Turvo foi elevado à categoria de distrito do município de Araranguá, pela Lei Nº 1709, sendo seu primeiro intendente o Sr. Liberato Simon. Já o município de Turvo foi criado em fins de 1948, tendo sido nomeado prefeito provisório o Sr. Osni Paulino da Silva.

Em 20 de Março de 1949, foi município solenemente instalado. Coube ao Sr. Abele Bez Batti, filho de um dos fundadores, ser o primeiro prefeito eleito por voto popular.

Apenas seis anos após a criação do município, a 10 de dezembro de 1954, Turvo passou a ser segunda comarca do Vale do Araranguá, dela fazendo parte os municípios de Meleiro, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande.

2.1.1 As Sesmarias Que Deram Origem a Turvo

Quase todo Turvo atual estava situado sobre três sesmarias que faziam parte do município de Araranguá.

A primeira, na qual se localiza Rodeio D'Areia, Vila Progresso, Marieto e Morro Chato, pertencia a Humberto Peters, que por sua vez, adquiriu de Afonso Livesllinger. Em 1913, os Srs. Atílio e Emílio Feltrin compraram parte desta sesmaria.

A Segunda sesmaria, que se estendia do Rio Amola Faca ao Rio Pinheirinho; e a terceira, a mais importante delas, que se situava do Rio Jundiá ao Rio Amola- Faca; do marco

da Tajuba, até a travessa que passa ao rumo das terras que pertencem hoje à família do Sr. Domingos Darós.

Os empresários; Martinho Guizzo, dono da segunda sesmaria e Marcos Rovaris, dono da terceira sesmaria, conseguiram estas grandes extensões de terras devolutas em pagamentos de serviços prestados na abertura.

2.1.2 De Urussanga e Criciúma ao Povoamento de Turvo

Em 1877, o engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, juntamente com sua família, instalou-se às margens do rio Pedras Grandes, com o objetivo de dirigir o povoamento das cabeceiras do Rio Tubarão com imigrantes italianos.

A Colônia Azambuja fundou-se em 28 de abril daquele ano, com a chegada dos primeiros 291 imigrantes oriundos de Treviso, Verona e Mântua. As lavouras iniciaram-se e a cultura da videira, cujas mudas haviam sido trazidas pelos próprios imigrantes, e iniciou seu desenvolvimento.

No final do século XVII, alguns imigrantes italianos residentes na região de Criciúma, decidiram procurar novas áreas com solo fértil para agricultura. Turvo, devido à fertilidade de suas terras e prometendo um futuro promissor, atraiu várias famílias de Criciúma e Urussanga, que na época já possuía 5 mil habitantes, iniciando, dessa maneira, o povoamento.

2.1.3 As Trilhas entre os Campos da área Serrana e Araranguá

Lá pelo ano de 1900, entre a serra e o litoral de Araranguá, só era encontrada uma densa mata, porém com a marca do homem: as picadas feitas pelos tropeiros. Estes eram uma espécie de comerciantes ambulantes, que traziam da serra: pinhão, charque e queijo, e do litoral, levavam de volta sal, farinha de milho e de mandioca. O trajeto era complicado, a picada entre a mata era estreita e barrenta, muitas vezes beirando precipícios e paredões, contornando grandes rochedos. A trilha era tão apertada, que ao surgir um tropeiro em sentido contrário, tornava-se quase impossível a passagem.

Turvo era atravessado por três picadas ou trilhas dos tropeiros. Uma passava por Morro Chato, outra sobre o Morro Boa Vista e Morro Pelado, e a terceira junto ao Rio Amola-Faca. Entre os anos de 1916 e 1917, esta última foi motivo de conflitos entre os turvenses e os

tropeiros, pois justamente nesta área, os moradores do local faziam suas plantações de milho e arroz, e por outro lado, os animais famintos dos tropeiros devoravam tudo na sua passagem.

2.1.4 Primeiros Cinco Anos

Depois de longa viagem com carro de bois, atravessando sangas e rios, chegava-se a Turvo. O que existia era apenas uma floresta virgem, com árvores de todos os tamanhos, pássaros, flores, animais selvagens e entre as árvores destacava-se o ipê-amarelo.

Para iniciar a lavoura derrubava-se um pedaço de mato. As casas eram humildes, fechadas de palmitos rachados ou tábuas serradas à mão, cobertas de palha ou tabuinhas e o assoalho geralmente era chão batido. O fogão era de barro ou no chão. O arroz era despencado a golpe de varada ou mangual, ou sob casco do cavalo. O mesmo acontecia com o trigo, já o pão era cozido sobre folhas de bananeiras. Criava-se ovelhas e bois. Foram abertas estradas e o cavalo apareceu como meio de transporte de muita importância, com selas especiais para os homens e para mulheres.

O culto religioso, com a devoção a santos e a Nossa Senhora, foi um traço cultural trazido pelo imigrante italiano, por isso, ainda atualmente, em todas as comunidades que se espalham pelo espaço agrário de Turvo, encontra-se uma capela e um salão de festas, geralmente com o nome do Santo Padroeiro.

Aproximadamente no ano de 1918 já se iniciaram algumas mudanças: apareciam olarias, com tijolos enormes e feitos a mão. A primeira olaria pertencia ao Sr. Antônio Bez Batti e mais tarde apareciam as do Sr. Alexandre Niotti e do Sr. Afonso Colodel, iniciando desta maneira casas mais confortáveis.

Somente próximo ao ano de 1920 o Sr. Angelo Rovaris aperfeiçoou-se na produção de farinha de milho, com a introdução de um pequeno moinho com exclusiva utilidade.

2.1.5 Chega o Progresso

Os filhos e os netos dos nossos imigrantes foram crescendo e casando um após outro.

Gabriel Possamai, Otávio Lucietti, Gilson Pescador e Moacir Grechi (hoje Arcebispo de Porto Velho) formaram-se padres.

Dauro, Luiz Carlos, Cleusa e Luiza, tornaram-se dentistas e trabalham com seus gabinetes em Turvo.

Arnaldo, Dolores, Rogério, Leoni, Bez Batti, Agenor, Luiz Roberto formaram-se médicos.

Celso, João Hermes, João, Luiz Angelo, Terezinha, Rosa Maria, Rosa Clara, Ênio, Volnei, Iracema, Julnece, Loenir, João Ivanor, Idefonso, Margarete, Marta, Maribel, Sange, Alice, Lúcia, Veraide, Lídia, Neide e Lúcia Regina, formaram-se professores de curso superior e espalham a cultura em diversas escolas de Turvo e mesmo fora dele.

Angelo, Sérgio, Ide, Filipe, Luiz Carlos, Dauro filho, Aristides, Glicério são alguns dos que se formaram em Engenharia e um deles estabeleceu-se em Turvo com uma firma de construção junto com o irmão que é formado em Administração de Empresas.

Dal Pont, Sálvio, Dilso e Pescador, concluíram o curso de agronomia e voltaram a trabalhar na comunidade de origem.

Maria de Lourdes, Janete, Janete, Raquel, Rosane e Giustino formaram-se em Farmácia e Bioquímica e dois se estabeleceram com farmácia na cidade.

Mário, Lucídio e Bianchini, economistas que trabalham com firmas ou escritórios.

Fávaro e Heriberto estabeleceram um escritório de advocacia em Turvo.

O setor agrícola cresce. O agrônomo Canella, ensina novas técnicas para o arroz e a mecanização toma conta dos campos. Atualmente, Turvo orgulha-se de ser a Capital da Mecanização Agrícola do Brasil.

Prédios e casas para instalar a delegacia, o fórum, a prefeitura, os sindicatos rurais, o hospital, o seminário, as escolas de 1º e 2º graus, o posto de saúde, a Telesc, a cooperativa agrícola, a Acaresc e Cidasc, foram sendo construídos.

A Cia. Verafumos constrói um depósito para comprar a produção de fumo.

A vida social ganha o Grêmio Turvense, o Clube dos 50, Tênis Clube, ABB e o CTG Vale da Amizade.

Elizeu Manenti instala seu hotel.

A Prefeitura cria um parque de exposição agrícola.

Cria-se o Conselho Municipal de Cultura que passa a atuar no campo da cultura e está organizando um Centro Cultural já com sede própria, e o Conselho Municipal de Esportes para desenvolver o esporte.

Instala-se a Supervisão Local de Educação.

A rádio “Imigrantes”, de Turvo, comunica.

A Cersul estende em todo o município a rede elétrica e Alcides abastece de material.

Surgem: madeireiras, cerâmica, indústrias de calçados, engenhos de beneficiamento de arroz, triturador de milho, atafonas movidas a energia elétrica.

Nascem diversos supermercados, bares, padarias e lojas.

O desenvolvimento leva o Banco do Brasil, o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e a Caixa Econômica Federal a se estabelecerem em Turvo.

Inúmeras oficinas mecânicas, algumas bem equipadas, espalham-se pela longa e estreita cidade de Turvo.

Junto à agricultura progride o comércio.

O nível cultural do povo, em geral ainda é baixo.

O imigrante e seus descendentes metidos nos matos, inteiramente entregues ao trabalho material, não encontraram o estímulo cultural, apesar de muitos filhos e netos dos imigrantes frequentarem as Universidades.

Surgem em todos os recantos da área urbana, lindas e sofisticadas casas.

A cidade urbaniza-se. Flores e árvores são plantadas em todas as ruas.

A rua central é asfaltada e as demais são quase todas calçadas com pedras graníticas.

É Turvo que cresce que se desenvolve com o sangue e o suor dos seus habitantes, grande maioria, descendentes de italianos.

2.1.6 Turvenses na Segunda Guerra Mundial

Os países americanos, entre eles o Brasil, na reunião do Panamá, e, 1939, assumiam a posição de neutralidade na luta entre os europeus.

Mas vários incidentes levaram o Brasil a declarar a guerra ao Eixo.

1. O Navio Siqueira Campos, a 300 milhas de Cabo Verde foi intimado a parar por um submarino alemão que conta a nossa unidade mercante disparou três tiros. O fato limitou-se em troca de notas entre o Brasil e Alemanha.

2. Reclamação violenta pelo embaixador da Alemanha no Rio de Janeiro ao governo brasileiro pelo fato da Cia de Navegação Lóide Brasileiro negar-se a transportar mercadorias dos países sul-americanos para a Alemanha.

3. Em 07 de dezembro de 1941, os japoneses atacam a esquadra da USA ancorada em Pearl Harbour, levando os ministros das relações exteriores das Repúblicas Americanas a condenarem a agressão japonesa, lembrando a Resolução XV sobre a Assistência Recíproca e Cooperação Definitiva das Nações Americanas. O Brasil declarou-se

solidário aos Estados Unidos. Em 1942, no Rio de Janeiro, os países americanos rompiam as relações diplomáticas com o Japão, Itália e Alemanha.

4. O eixo interpretou o rompimento diplomático como declaração de guerra, e por isso, vários navios mercantes brasileiros foram afundados, inclusive, nas costas brasileiras. Os Estados Unidos entraram em guerra ao lado dos aliados. Os alemães, prevendo o afastamento de Mussolini, invadem a Itália e formam a chamada “Linha Gótica dos Alpinos”. O General Estadunidense Mark Clark não dispondo de força suficiente para desalojar os alemães, solicita a entrada do Brasil na guerra.

Nossa FEB, sob o comando de Zenóbio da Costa e depois pelo general Mascarenhas de Moraes, é enviada à Itália. Violenta batalha travou-se entre alemães e brasileiros em Caiomaiore, Monte Palno, Vale do Reno, Monte Castelo, Montese, Collechio e Fornovo.

Entre os valentes pracinhas da FEB, estavam diversos turvenses:

Liduíno Moro, Antônio Pescador, Artur Topanotti, Tranqüilo Magagnin, Pedro Trichês, Alécio Vicentin, Silvestre Topanotti, Abino Menegaro.

A quantidade elevada de soldados recrutados em Turvo para a Segunda Guerra Mundial visto a pequena população turvense da época, é explicada pelo fato de serem os nossos soldados de ótimo porte físico.

Não houve baixa entre os soldados turvenses. Somente Silvestre Topanotti foi gravemente ferido.

2.1.7 Os Primeiros Profissionais de Turvo

➤ Angelo Rovaris: Nascido em Bérgamo, na Itália, aos 23 de agosto de 1875. Emigrou para o Brasil em 1891, como agricultor, juntamente com seus pais, fixando residência na Primeira Linha, município de Içara.

Com 22 anos, casou-se com Teresa Pagani, também na localidade de Bergamo, Itália. Tiveram 13 filhos que são: Josefina, Carlos, Clarinda, Jácomo, Luiz, Avelino, José, Ezílio, Maria, Antônio, Concília, Paulino e Romeu.

➤ Marcos Rovaris comprou uma sesmaria de terra (68 colônias), onde atualmente é o município de Turvo. Convidou seu primo Ângelo para montar uma atafona de fazer farinha de milho, uma serraria e umas “pilas” para descascar arroz (tipo monjolo), para assim começar a colonização turvense.

➤ No dia 12 de junho de 1913, chegou Ângelo Rovaris com sua família, naquela época composta de 09 filhos (os demais nasceram em Turvo), fixando residência na antiga estrada que vai a Turvo Baixo, onde residem atualmente Ezílio e Romeu Rovaris. Permaneceu nesta localidade até 1952. Ângelo Rovaris, além de exercer a atividade de pequena indústria e agricultura, foi também fabricante da Igreja Nossa Senhora, antigamente “La Madona Dei Campi”, sendo um grande batalhador para a vinda do primeiro padre em nossa localidade.

Também foi um grande batalhador para a criação do distrito de Turvo, que foi instalado em 1931 e que pertencia ao município de Araranguá.

➤ Antônio Bez Batti: Primeiro morador de Turvo e primeiro comerciante. Nasceu na cidade de Beluno, Itália, em 14 de setembro de 1875. Veio para o Brasil com 04 anos, junto com seus pais e alguns amigos, fazendo parte das imigrações. A viagem foi longa, passaram 65 dias a bordo de um navio sem conforto e na expectativa de conhecer a nova terra. Veio para Urussanga, onde casouse com Madalena Nicle, em 10 de abril de 1899. Teve 13 filhos. Ficou morando em Urussanga até vir para Turvo, onde ficou até morrer. Veio um ano antes da família para roçar o mato. O seu comércio consistia em vender um pouco de tudo, desde o tecido até o prego.

Lá a cavalo até a barranca e de lá com o trem, viajava para as “cidades grandes”, a fim de comprar mercadorias para sua loja. Mais tarde instalou um descascador de arroz e fábrica de banha. A carne de porco e a banha eram exportadas para o Rio de Janeiro. Levava de carro de boi até Araranguá e de lá com um pequeno barco era conduzida até Laguna. De Laguna ao Rio de Janeiro, num navio maior.

Adquiria o arroz dos colonos e o revendia aos serranos. Foi residir com a família em Caxias do Sul em dezembro de 1927 e voltou para Turvo, em 1938.

Morreu em 04 de julho de 1950, de ataque cardíaco.

➤ Emílio Neis: Primeiro dentista, filho de Felipe Neis e Bárbara Neis.

Nasceu em 28 de janeiro de 1898 em São Sebastião do Caí, Rio Grande do Sul. Veio trabalhar em Turvo no ano de 1926 e fixou residência em Araranguá em 1928, onde nasceram seus cinco filhos: Dauro, Dulce, Dirnei, Regis, Anselmo e Dirce.

Formou-se Cirurgião Dentista pela Escola Politécnica de Florianópolis, em 23 de setembro de 1932.

Foi eleito vereador pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro.

Exerceu o cargo de Prefeito Municipal no período de 16 de fevereiro a 28 de junho de 1956, pois era então presidente da Câmara Municipal, vigente até hoje.

Faleceu em 04 de outubro de 1964.

➤ Afonso Colodel: O primeiro ferreiro, filho de Pedro e Maria Colodel. Nasceu em Cocal, Urussanga, em 14 de abril de 1884 e faleceu em Turvo em 02 de dezembro de 1971. Em 1917, instalou-se em Turvo com uma ferraria, onde se localizava atualmente o Hospital São Sebastião.

Casou-se com Pedrinha Manenti e teve seis filhos: Olindo, Silvino, Idalina, Gelmira e João. Gostava muito de ler. Tinha uma cultura extraordinária para a época em que viveu. Amava a natureza. Era muito amigo das árvores e dos pássaros.

➤ Virgínia Cechinel: A primeira professora oficial de Turvo nasceu em Urussanga, aos 26 de dezembro de 1894. Casou com Virgínio Bendo e veio morar em Turvo em 1915. Lecionou na primeira escola de Turvo por vários anos, e por motivo de doença foi aposentada. Com a morte de seu esposo Virgínio Bendo, contraiu o segundo casamento com Vitório Dal Pont. Faleceu com 71 anos.

➤ Abramo Trichês: O primeiro pedreiro de Turvo nasceu no dia 03 de outubro de 1898, na Primeira Linha, município de Criciúma. Faleceu em Turvo, no dia 14 de fevereiro de 1983. Seus companheiros de trabalho em Turvo foram: Domingos Marcello, Caio Trichês, Generoso Lucietti, João Trichês, Remo Pescador, Eugênio Dal Pont, Albino Trichês, Lauro Trichês, Abrão Trichês Filho e Jovelino Mafioletti. Foram estes os pedreiros que construíram quase todas as casas de Turvo a eterna gratidão dos que aqui moram.

➤ Padre Paulo Veneziani: Primeiro vigário de Turvo nasceu no dia 17 de março de 1911, natural da Itália. Filho de Anacleto Veneziani e Angela Benicá. Em 27 de setembro de 1927, recebeu o hábito como Frei da Ordem Servos de Maria. Aos 06 de janeiro de 1933, fez sua profissão definitiva como membro da Ordem. Dia 15 de julho de 1934, foi ordenado sacerdote e ainda jovem veio para o Brasil. No dia 10 de outubro de 1937, chegou acompanhado do Frei Gregório Dal Mont. Aos 17 de janeiro de 1939, foi nomeado 1º vigário da Paróquia Nossa Senhora da Oração, dando início a construção da atual matriz. Frei Paulo seguiu para missão dos Servos de Maria no Sul do Chile.

➤ Antônio Rosa Visali: Primeiro farmacêutico era casado com a professora Branca dos Santos. Casal procedente de Laguna veio para Turvo em 1931. Exercia o papel de farmacêutico e médico pela não existência destes. Foi o secretário que lavrou a ata de instalação do município de Turvo. Em 1951 foi residir em Porto Alegre.

2.1.8 Imigrantes Italianos que Contribuíram para a Colonização de Turvo

- Santo Biz (1875/1952) e Veneranda Piuco Biz (1879/1951)
- Catarina Giusti (1844/1932)
- Giovana Mazzuco (1851/1936)
- Maria Madalena Zanelatto (1852/1932)
- Pascoa Alécio Biléssimo (1854/1938)
- David Carlessi (1858/1934)
- Madalena Ross (1859/1933)
- Lourenço Tramontin (1859/1949)
- Tereza Gato Nandi (1860/1946)
- Santina Angeloni (1882/1960)
- João Votri (1862/1941)
- João Maria Martinhago (1862/1935) e Regina Fagoto Martinhago (1863/1953)
- Giácomo Abatti (1862/1931)
- Afonso Pizolotto (1865/1949) e Virginia Ricieri Pizolotto (1874/1951)
- Madalena Provenci Pagani (1865/1949).
- Lourenço Manenti (1865/1940) e Antonia Pagani (1874/1948)
- Afonso Bom (1866/1947) e Tereza Martinhago (1874/1962)
- Francisco Búrigo (1867/1952)
- Ferdinando Bendo (1868/1947)
- Oliva Dal Toé Sasso (1870/1954)
- Tereza Scariot (1872/1970)
- Clotilde Pagani (1873/1939)
- Celeste de Luca (1873/1945) e Luiza Dal Pont de Luca (1877/1961)
- Pedro Londero (1874/1941) e Anselma Londero (1876/1949)
- Angelo Manenti (1874/1936) e Rosa Agiova Manenti (1877/1970)
- Angelo Tonetto (1874/1962)
- Vicente Cesconetto (1875/1962)
- Ludovico Menegaro (1885/1969)
- Ângelo Rovaris (1875/1952)
- Antônio Bez Batti (1875/1950).
- Celestina Fagoto Sacon (1875/1950).
- Emilio Tonetto (1876/1953)

- Ângelo Scarabelot (1877/1973) e Maria Boza Scarabelot (1881/1960)
- Roberto Trichês (1879/1952) e Joana Gaspodini Trichês (1877/1962)
- Valentino Maragno (1877/1962)
- José Malgarise (1877/1977) e Maria Bongioiolo (1890/1960)
- Maria Zanelatto (1877/1947)
- Carolina Rovaris Duzioni (1877/1954).
- Guilherme Bardini (1878/1964)
- Alexandre Neotti (1878/1976)
- Margarida Grandi Dandolini (1878/1952).
- Domingos Búrigo de Pauli (1880/1937)
- Angelo Dal Pont (1885/1969)
- Romano Tonetti (1880/1960)
- Santi Vaccari (1880/1954)
- Santo Pascoal Sartor (1881/1955)
- Izaak Trichês (1884/1960) e Chatarina Netto Trichês (1881/1937)
- Tereza Niotti (1882/1984)
- Angelo Simon (1882/1946) e Josepha Rigonezi (1884/1973)
- Alexandre Patel (1882/1952)
- Pedro Menegaro (1883/1938) e Maria Piazzoli Menegaro (1882/1953)
- Giuseppe Manenti (1882/1955)
- Vincenzo Moscini (Frei Egidio) (1884/1976)
- Oswalda Fabro (1885/1973)
- Ricieri Della Vechia (1885-?)
- Pedro Manenti (1887/1975)
- José Della Vechia (1887/1961)
- Benevenuto Castanha (1887/1972)
- Antonio Dal Pont (1888/1963)
- Xisto Tomazi (1869/1959) e Santa Tomazi (1905/1975)
- Maria Malgaresi Tomazi (1890/1968)
- Rafael Dal Mont (Frei Gregório) (1891/1963)
- Jeronimo Amigoni (Frei Jerônimo) (1917/1990)
- Domenico Arcaro (1891/1973)

- Angela Crothi (1893/1956)
- Luiza Locatelli (1853/1934)
- Francisco Cibien (1860/1932)
- Catarina Dal Pont (1880/1939)
- Antonia Munding Votri
- Elizabeta Bolineti (1866/1954)
- Giácomo Neotti (1890/1974)
- Antonia Ismania Costa (1874/1971)
- Giusippina De Noni (1897/1981)
- David Raspini

2.1.1 Evolução política e cultural do município de Turvo

A história do município de Turvo iniciou-se com a vinda de imigrantes italianos que começaram a colonização do local. O município de Turvo foi criado em 1948, tendo sido nomeado prefeito provisório Osni Paulino da Silva. A emancipação político-administrativa ocorreu em 20 de março de 1949. Com o passado de lutas e triunfos, o povo turvense conserva as tradições de seus descendentes italianos que fizeram de Turvo um município de prosperidade e conquistas no extremo sul catarinense, sendo hoje cidade de destaque no vale de Araranguá pela produção de arroz irrigado e possuir o título de capital nacional da mecanização agrícola.

2.1.2 Gentílico

Turvense.

2.2 Dados Gerais do município

Aspectos Gerais e Históricos	
Localização - Mesorregião IBGE	Sul Catarinense
Coordenadoria Regional do SEBRAE/SC	Regional Sul
Associação dos Municípios	AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
Secretaria de Desenvolvimento Regional de SC	SDR-Araranguá
Área territorial (km²)	234
Distância da Capital (km)	228
Altitude (metros)	38
População Total 2010	11.854
Densidade demográfica 2010 (hab/km²)	50,72
Data de fundação	30/12/1948
Colonização	Italiana.
Gentílico	Turvense
Número de Eleitores	9.479

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. - Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado do Planejamento, 2012. - Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE/SC (UGE), Estrutura Organizacional das Coordenadorias Regionais. - Federação Catarinense de Municípios (FECAM). - Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR).

Figura: Aspectos Gerais e Históricos do município de Turvo.
Fonte: SEBRAE, 2013.

Conhecida como a capital catarinense do arroz irrigado e da mecanização agrícola, a cidade de Turvo está localizada no Extremo Sul Catarinense, distante 251Km de Florianópolis e 250Km de Porto Alegre/RS, e ainda preserva seus costumes e tradições. Com 12.001 habitantes, Turvo é considerado o coração do Vale do Araranguá e guarda um modelo típico cultural italiano de um povo trabalhador com suas conquistas e glórias, que fazem da cidade um lugar gostoso de viver. Atualmente, os acessos principais a Turvo são realizados pela Rodovia BR-101 e Rodovias SC-285, SC-449 e SC-448. Turvo ainda preserva seus costumes e tradições, guardando um modelo típico cultural italiano de um povo trabalhador que com suas conquistas e glórias, fazem da cidade um lugar agradável para viver.

2.2.1 Símbolos

2.2.1.1 Bandeira



Figura: Bandeira do município de Turvo.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

2.2.1.1.1 Cores da Bandeira

O amarelo da bandeira de Turvo representa a riqueza, referindo-se ao solo fértil e resistente no município. O verde representa as matas virgens. O vermelho representa o sangue dos colonizadores que vieram explorar as matas e os solos da região. No centro da bandeira tem o escudo do município.

2.2.2 Brasão



Figura: Bandeira do município de Turvo.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

2.2.1.2 Significado dos Símbolos Cívicos do Município de Turvo no Brasão

O brasão se divide basicamente em dois quartéis. No primeiro quartel, na parte superior e ao centro, uma roda dentada tendo em seu interior espigas de arroz, traduz a industrialização deste produto como grande fonte de renda para o município: à direita o fumo e a esquerda o milho, destacados produtos agrícolas, geradores de divisa para o município. No segundo quartel uma paisagem rural, onde se destaca em primeiro plano, um trator arando, simbolizando a agricultura mecanizada praticada no município. Na parte inferior externa do escudo, um listel com o nome do município e a respectiva data de criação. Entre o escudo e o listel, bananas representando outros dos variados produtos agrícolas regionais.

2.2.1.3 Hino do município

Letra: Pe. Agenor Neves Marques

Música: Prof. Luiz Ângelo Cirimbelli

Ondulando arrozais cor de ouro
Afagados aos ventos do mar,

És tapete ao sopé da montanha
Florescendo em riqueza sem par.

Salve Turvo torrão generoso,
Cada filho que tens é uma flor.
Tuas vargens bordadas de frutos,
Tua gente é bordada de amor!

Desde Mântua e os canais de Veneza
Foi tua cruz, tua fé, teu brasão,
Teu folclore, teus hinos e preces
Têm a marca do teu coração.

Ao roncar dos tratores misturas
Melodias de belas canções,
Misturando o Brasil e Itália
Na nobreza dos seus corações.

Teu futuro tu forjas nos braços,
Sob o manto da virgem Padroeira,
Tua fé tens expressa nos signos
Do brasão e da tua bandeira.

2.2.2 Legislação do Município

- ◆ Lei Orgânica.

- ◆ Lei nº 607/84 Dispõe Sobre a Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município e Cria Órgão Competente

- ◆ Lei nº 2.260/15 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Turvo /SC, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financeiros, e dá outras providências.

2.2.3 Organograma da Prefeitura



Figura: Organograma.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

2.3 Dados Geográficos

Turvo localiza-se geograficamente no extremo sul de Santa Catarina, na Microrregião de Araranguá, formada por 15 municípios: Araranguá, Sombrio, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Maracajá, Turvo, Meleiro, Ermo, Timbé do Sul, Morro Grande, Jacinto Machado, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Passo de Torres.

Turvo possui uma área de 234,7 quilômetros, situado no litoral sul catarinense, integra a Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense (Amesc), que é composta por 15 municípios. O acesso ao município pode ser feito pelas rodovias SC 448 e SC 485, que ligam a BR 101 à rede municipal, ou pela SC 285, que liga a Serra Gaúcha a BR 101, e passa por Turvo. Seus limites territoriais: Ao Norte, Meleiro; Ao Sul, Jacinto Machado; A Leste, Araranguá e Ermo; A Oeste, Timbé do Sul e Morro Grande.

2.3.1 Aspectos Físicos e Geográficos

2.3.1.1 Hidrografia

Turvo, sendo uma terra de planície (80%), localizada a 20 quilômetros da escarpa da Serra Geral e com um clima úmido, é natural que seja rasgado por diversos cursos pluviais que fazem do município um verdadeiro paraíso de rios. O território municipal pertence a bacia hidrográfica do Rio Araranguá.

O regime dos rios turvenses é fluvial, pois as suas cheias dependem das chuvas. Entre os rios que atravessam Turvo, destacamos:

1. Rio Amola Faca: É o principal rio de Turvo, tem sua cabeceira na Serra Geral e desemboca no rio Itoupava. Corta o município no sentido leste ao oeste. Formou, devido as cheias, nas margens, um solo fértil denominado “várzea”. Suas águas são utilizadas para a irrigação do arroz. Também é extraído dele a água que a CASAN utiliza para abastecer a cidade. O seixo do leito é aproveitado para revestir as estradas e como material de concreto nas construções das casas, pontes e tubos.
2. Rio Turvo: É um rio de pequena extensão e por isso de pequeno volume de água. Nasce no próprio município. Passa pela cidade de Turvo, e devido às águas toldadas, deu origem ao nome Turvo. Corta o município no sentido leste/oeste. Desemboca no rio Itoupava. Tem águas poluídas pelos esgotos da cidade, das fábricas e pelo uso indiscriminado dos agrotóxicos.
3. Rio Itoupava: É o rio de maior volume de água de Turvo. Formaram-se nas suas margens, férteis solos aluviais. Lança suas águas no Rio Araranguá.
4. Rio Pinheirinho: É um rio de razoável volume de água. Divide numa longa extensão os municípios de Turvo de Jacinto Machado.
5. Rio Jundiá: É um rio de águas não-transparentes. Tem razoável volume de água. É um fator natural de divisão dos municípios de Turvo de Meleiro.
6. Rio menores: Entre os rios de menor expressão, pode-se citar: Rio do Salto e Rio Trabuco.

Figura 1 - Mapas do município

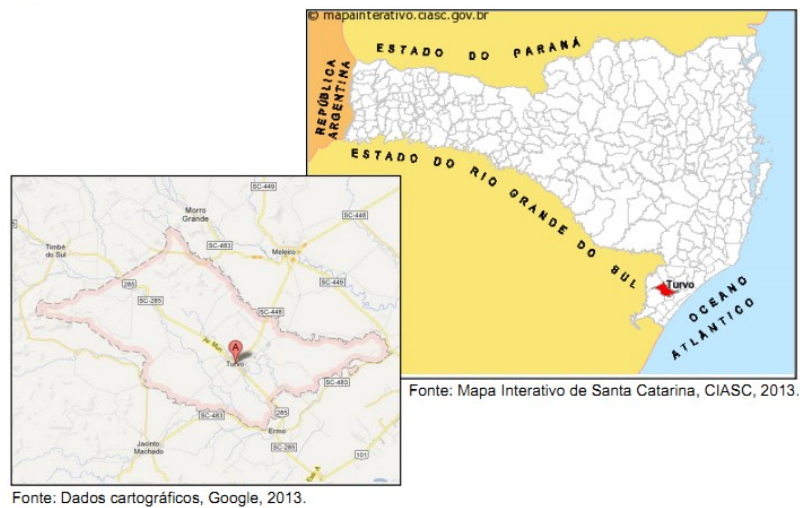


Figura: Mapas do município.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

2.3.1.2 Clima

O clima de Turvo é subtropical úmido, com verões quentes, apresentando uma temperatura média anual de 19° a 20° C e com precipitação total anual de 1.800 mm. A umidade relativa do ar fica acima de 80% durante todo ano. A precipitação de chuvas é bem distribuída, embora apresente maior concentração no período de maio/agosto. Apresenta um déficit hídrico nos meses de outubro a fevereiro, em virtude do alto consumo de água pelas culturas irrigadas.

Turvo, estando situado na região subtropical, e apresenta uma temperatura que oscila entre:

0°C - Mínima

16°C - Média

36°C - Máxima

2.4 Dados Econômicos

2.4.1 Agricultura

O ponto forte da economia de Turvo é a agricultura, que está centralizada na produção de grãos. O município é reconhecido como a Capital Brasileira da Mecanização Agrícola, e o terceiro maior produtor de arroz de Santa Catarina. Os principais produtos agrícolas cultivados são arroz, milho, fumo, feijão e banana.

2.4.2 Pecuária

A pecuária está presente com elevado contingente de animais entre bovinos, suínos, equinos, caprinos e aves. As pastagens representam cerca de 20% dos imóveis rurais, e predominam pastagens nativas.

2.4.3 Piscicultura

Também encontra-se no município açudes com criação de peixes (tilápia e carpas), com o desenvolvimento de um projeto de tanques modelos. A rizipiscicultura que é a criação de peixes dentro das canchas de arroz com objetivo de se utilizar o esterco dos peixes como adubo para o arroz também se faz presente.

2.4.4 Indústria

Turvo conta com várias indústrias, e muitas delas em fase de expansão. Abaixo relacionamos algumas delas:

•Móveis e esquadrias;
•Móveis de vime;
•Artefatos de cimento;
•Beneficiamentos de arroz;
•Construção civil;
•Curtume (curtimento de couro);
•Usina de beneficiamento de sementes;
•Desdobramento de madeira;
•Jeans;

•Estofados;
•Confecções;
•Esquadrias de ferro e alumínio;
•Produtos químicos;
•Bebidas e aguardentes.

Figura: Outros segmentos do município.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

2.5 Dados Populacionais

A população de Turvo apresentou, no ano de 2010, crescimento de 8,88% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população da cidade alcançou 11.854 habitantes, o equivalente a 0,19% da população do Estado. O gráfico a seguir demonstra a evolução populacional do município nos últimos Censos.



Figura: População do município de Turvo.

Fonte: SEBRAE, 2013.

3 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA CULTURA NO MUNICÍPIO

O município de Turvo apresenta uma pluralidade cultural muito extensa e histórica, embasando-se na arte, no teatro, no artesanato, apresentações escolares, música erudita, clássica, tradicional e local; sempre ligando-se por laços extremos da tradição e colonização italiana. Destacando os elementos culturais de forma sutil e singela.

Desta forma, aprimorando cada vez mais, uma singularidade que não possui fronteiras, sendo dos extremos ao centro, um município unido em busca do melhor, somos gratos a tanta gente que fez história em nossa cidade e fixaram a identidade cultural que temos. Por isso, quando se fala em memória, o município de Turvo, historicamente, procurou sempre guardar as tradições e ações culturais de seu povo.

Em meio aos elementos que servem como base cultural do município de Turvo, deve-se realçar e destacar as progressões futuras, com o objetivo de manter o que foi feito, e pensar em novos caminhos a serem trilhados, caminhos esses que representarão não só os valores materiais e imateriais guardados na memória. As metas futuras terão como foco a preservação e movimentação dos equipamento já existentes e tendo como valor prioritário as atividades locais

O PMC - Plano Municipal de Cultura é o sonho realizado e serve de base para organizarmos o que há de melhor em nossa cidade, a ponto de servir de escada para projetos futuros que enriquecerão ainda mais nossos costumes, nossos encontros artísticos e a valorização maior de uma sociedade com cara de cidade pequena, mas com a ação e o conhecimento cultural que ultrapassa os grandes centros.

As ações e metas propostas no Plano Municipal de Cultura serão muito mais que um simples banco de dados para consulta, será sim o firmamento do compromisso que nosso município passa a ter com as diversas fontes culturais que temos, ou que passarão a ser exploradas.

Desta forma, o diagnóstico cultural torna-se um instrumento fundamental para que se conheça a situação atual do município e possamos traçar os objetivos, metas e ações para a próxima década.

3.1 O Patrimônio Cultural

Para estabelecer as discussões e referências necessárias para a elaboração do Plano municipal de Cultura é fundamental debater as definições referentes à categoria “Patrimônio Cultural”, que assim como os conceitos da categoria Cultura foi concebido de diferentes formas ao longo do tempo e em diferentes lugares e autores a categoria “Patrimônio Cultural” também apresenta variadas interpretações.

Os estudos sobre as noções de Patrimônio Cultural são apresentados pela historiadora francesa Choay (2001), em retrospecto temporal e espacial a autora demonstra que o surgimento da noção de patrimônio, ainda que restrita aos bens edificados é datada do período pós- revolucionário francês.

Neste contexto, Nogueira descreve que na França nos anos finais do século XVIII e sucessivamente nas demais nações europeias “a noção de patrimônio está estritamente vinculada a ideia de nação e formação do Estado Nacional”(2000, p. 290).

Citando Fonseca (1997), Nogueira (2000) acrescenta que:

Diante da perda e da necessidade de coibir e proteger do vandalismo dos revolucionários as propriedades do Estado, da nobreza ou do clero, a consolidação e a institucionalização da prática preservacionista consubstanciou-se quando o interesse político, calcado na ideia de um “patrimônio de todos”, garantiu um estatuto legitimador do poder estatal. (NOGUEIRA, 2000, p. 290).

Fica evidente, portanto, que a preservação, inicialmente de bens materiais como as edificações reconhecidas oficialmente como patrimônios culturais, dá-se inicialmente no processo de Revolução Industrial na Europa. Conforme Camargo, são as sociedades industriais a partir do século XVIII e XIX, que se remetem ao patrimônio cultural “como herança e identidade cultural que não se quer perder” ou ainda como “identidade nacional que se quer afirmar ou reafirmar” (2002, p. 15).

O autor salienta que este modelo de preservação era “conduzido como política de Estado”, ou seja, diante das transformações que a industrialização foi provocando no cenário urbano, foi “inventado e forjado o conceito de patrimônio nacional”, e estes monumentos “seriam a materialização da identidade nacional e, por meio deles, os cidadãos se reconheceriam” (CAMARGO, 2002, p. 21).

Contudo Choay realiza uma discussão sobre as imbricações que a industrialização causou na concepção de patrimônio cultural, a autora enfatiza a realidade francesa, no entanto seu pensamento é atual para as diferentes nações. Para Choay, com a industrialização e

modernização os bens patrimoniais passaram de “objeto de culto a indústria”, ou seja, “os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função, obras que proporcionam saber e prazer, postas à disposição do todos, mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (2001, p. 211).

Neste contexto de políticas públicas, foram estabelecidas para desenvolver a indústria patrimonial e sucessivamente a economia urbana, associando assim turismo e patrimônio cultural, e atualmente esta especulação da indústria patrimonial representa “uma parte crescente do orçamento e da renda das nações”. (CHOAY, 2001, p.225).

No mesmo sentido, Camargo salienta que no século XIX na Europa se intensificou as relações entre Turismo e Patrimônio Cultural, alguns fatores favoreceram esse fenômeno foram a expansão do transporte ferroviário e náutico, e, assim, as literaturas de viagens realizadas por burgueses que se embreavam aos lugares desconhecidos, os romances escritos a partir das descrições destes lugares e as próprias expedições científicas se consolidaram como “instrumento de difusão e fixação do repertório dos bens patrimoniais: o guia de turismo” (2002, p. 63).

Em relação ao Brasil, Camargo (2002) destaca que antes do século XX não se tem discussões concisas nem sobre a noção de patrimônio nem tão pouco sobre políticas de preservação ou possibilidade de consolidação de atrativos turísticos.

Nogueira destaca que somente a partir década de 1930 a ideia de patrimônio se dissipa no Brasil como “emergência do Nacional”. Neste período, as “classes políticas e intelectuais” hegemônicas institucionalizaram serviços para tratar do Patrimônio Histórico Nacional, estes órgãos seguiram inicialmente as premissas herdadas do discurso preservacionista francês, voltadas para o “resgate do passado no sentido de cristalizar os elementos do nacionalismo na construção da identidade nacional”. (2000, p. 291).

Considerando que essa missão de “resgate”, fosse de algum modo possível diante das transformações que as relações identitárias sofrem no decorrer do tempo e nos diferentes espaços e instituições culturais.

Segundo Lemos, “somente em 1936 é que realmente ganhamos um projeto digno de elogios”. O escritor Mário Andrade apresenta um anteprojeto de lei encomendado pelas autoridades da época, que entendia “por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organizações sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros residentes no Brasil”. Expressando assim sua concepção “totalidade” e pluralidade do Patrimônio Cultural Brasileiro (2000, p.37-39).

Em seu projeto inovador para o período, Andrade pretendia incluir outros aspectos ao considerado patrimônio da nação, como “catalogar todas as manifestações culturais do homem brasileiro, não só seus artefatos, mas também registrar a sua música, seus usos, seus costumes, assim como o seu saber e o seu saber-fazer”. (LEMOS, 2000, p. 41).

Embora seu projeto tenha registrado importantes aspectos e manifestações do patrimônio imaterial brasileiro não foi implantado na íntegra, pois teria assustado as autoridades que trataram de criar um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, que conforme Lemos (2000) este serviço considerava o Patrimônio Histórico e Artístico nacional como sendo “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Com o estabelecimento do Estado Novo no Brasil, Vargas articula medidas para tornar o patrimônio, atrativo político, no entanto durante a ditadura varguista “o turista deveria ver o que o governo ditatorial determinava” e o que o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, produzia e veiculava, como bens do patrimônio nacional (CAMARGO, 2002, p, 87-88).

Camargo enfatiza que por muito tempo na história do Brasil, o Patrimônio Cultural “foi eleito e construído pela elite e era um atrativo para a própria elite. Ela pode decodificá-lo e usufruir dele em viagens.” Para outras classes “seria um instrumento de pregação cívica nas escolas, um eco dos grandes feitos, da ordem, do sentimento religioso dos brasileiros, da concórdia etc” (2002, p. 90).

É somente na década de 1980 é que a noção de patrimônio cultural começa a ser ampliada no Brasil englobando além dos bens arquitetônicos produzidos pela elite e pela história oficial, “os bens de origem popular, os seus fazeres, e bem mais recentemente, o patrimônio imaterial, como as festas, as danças, as procissões, a gastronomia, etc” (CAMARGO, 2002, p. 91-92).

De acordo com Camargo, “a preservação, a classificação ou o tombamento de objetos móveis e imóveis decorre do significado simbólico que atribuímos a eles” (2002, p. 29). E, por isso, o autor sugere que a seleção destes bens precisa ser negociada com uma participação maior e mais significativa das diferentes e diversas comunidades que produzem bens culturais, porque assim seria dado possibilidades para a expressão destes segmentos sociais (2002, p. 93).

Varine Bohan (1974, p.4), define que patrimônio cultural se constitui pelo que o homem fabricou, geralmente com a natureza e seus conhecimentos, para responder às necessidades de sua vida e de seu desenvolvimento.

No mesmo sentido, Lemos citando as contribuições de Varine-Boham para o entendimento da abrangência do Patrimônio Cultural, dividindo-o em três categorias de elementos: A primeira envolve os “elementos pertencentes à natureza”, sobre e com os quais a produção cultural se realiza, como por exemplo, as águas que movem as rodas de moendas dos engenhos ou o solo que fertiliza e produz a mandioca. O segundo grupo de elementos elencados pelo autor, “refere-se ao conhecimento, às técnicas e ao saber fazer”, compreendendo assim “os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural”, aqueles que também definidos como Patrimônio Imaterial, que relaciona “toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente”, saber cultivar e beneficiar a mandioca ou saber tocar e cantar uma moda de viola, por exemplo. (2000, p. 8-10).

E, ainda como terceiro grupo de elementos que constitui o Patrimônio Cultural Lemos, destaca “os bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos e artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer”, ou seja o Patrimônio Cultural Material, neste caso poderia se exemplificar citando a estrutura física e os maquinários do engenho de farinha ou cana de açúcar. (2000, p. 8-10).

Um dos documentos oficiais que expressa a conceituação do Patrimônio Cultural no Brasil é a Constituição Federal de 1988, pois no seu Art. 216, estabelece que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação à memória dos diferentes grupos formadores de sociedade brasileira, nos quais se incluem:

IV- A forma de expressão;

V- Os modos de criar, fazer e viver;

VI- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

VII-As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico–culturais;

VIII- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2010).

No entanto, os estudos que enfocam a imaterialidade do patrimônio cultural são recentes, principalmente no Brasil, onde a própria legislação que registra os patrimônios culturais imateriais é datada do ano 2000. O Decreto N. 3551 de 04 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Este decreto, no seu primeiro artigo estabelece as categorias dos livros de registro da cultura imaterial em suas especificidades:

Art. 1º-Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º-Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I -Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§2ºA inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. (BRASIL, 2000)

Observa-se, aqui, que as definições de Patrimônio Cultural nas legislações atuais compreende a dimensão material e imaterial. Como imaterial tem-se claro a relação com as formas de expressão os modos de criar, fazer e viver, voltados ao cotidiano, ao trabalho, a religiosidade, ao lazer e a outras práticas da vida social. Porém, como já discutido, as preocupações e promoções em relação ao Patrimônio Cultural por muito tempo evidenciaram apenas os bens tangíveis, principalmente os arquitetônicos.

Como atualmente estas noções sofreram alterações e introduziram no contexto os bens imateriais, a questão que se apresenta é a importância de desvencilhar a concepção ainda enraizada da “sacralização da memória em pedra e cal” (NOGUEIRA, 2007) para poder dar visibilidade e problematizar as inter-relações entre os bens materiais e imateriais. Percebendo o patrimônio cultural como propulsor para a produção de conhecimento a partir de problematizações e conexões entre o passado e o presente e entre as diferentes culturas.

Camargo reforça que “o valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribui a memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento” (2002, p. 31).

3.1.1 Patrimônio Cultural Material

Resumidamente pode-se dizer que o conjunto que compõe o patrimônio material de uma cidade são os aspectos mais concretos da vida humana, e que fornecem informações

sobre as pessoas por meio de sua cultura material. De acordo com o IPHAN, o Patrimônio Material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

No município de Turvo podemos citar como exemplo de Patrimônios Culturais Materiais algumas arquiteturas civis, religiosas, comerciais e industriais, viárias.

3.1.1.1 Diagnóstico do Patrimônio Material

3.1.1.1.1 Relação dos Patrimônios Históricos - Arquitetura

3.1.1.1.1.1 Arquitetura Civil



Figura: Antigo prédio da Prefeitura Municipal.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

➤ Hospital São Sebastião



Figura: Hospital São Sebastião.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

Turvo, por ser um município de grande referência na economia do Sul Catarinense e possuir um hospital bem estruturado e prestigiado pela região, viu-se a necessidade de ter um pronto atendimento com plantão 24 horas para beneficiar a comunidade. No ano de 2000, após vários encontros e conversações entre membros da sociedade foi possível implementar a ideia de uma associação que viesse a beneficiar não só o município de Turvo, bem como toda a região. Com consenso entre a Associação para a utilização da Ala do Consultório no Hospital São Sebastião consolidando uma excelente parceria. A Associação mantém o pronto atendimento 24 horas.

➤ Colégio Servos de Maria



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

O Colégio Servos de Maria é uma instituição educacional com 40 anos de experiência em qualidade de ensino na região da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense).

Quando de sua abertura, na década de 70, em todo o Vale não havia nenhum curso de Ensino Médio a não ser na cidade de Araranguá, distante 30 km, o que implicava num deslocamento trabalhoso pois os meios de transporte e as estradas eram precárias nesta época. Aliada a estas dificuldades, a política de não abertura de colégios de EM público em cidades pequenas complementava a necessidade premente de investir em educação secundária em nível local.

Naquela época, dentro da comarca de Turvo, o Seminário Menor Nossa Senhora das Dores era a única entidade com espaço físico e uma estrutura adequada para a instalação de um Colégio de EM.

O grupo responsável pela fundação do Colégio Servos de Maria iniciou os trabalhos de implantação em 24 de abril de 1971 tendo a frente seu primeiro diretor, Pe. Fr. Nivaldo José Machado e seus confrades Pe. Fr. José Antônio Flesh e Pe. Fr. Nereu Mário Milanez; Prefeito de Turvo, Ires Olivo; Prefeito de Meleiro, Afonso Bento Costa e Prefeito de Timbé do Sul, Antônio Zilli.

Em 6 de março de 1972 o Colégio iniciou seu ano letivo com o Decreto de autorização de funcionamento E/SEE - 5.4.72/N.147 de 13/04/72. Dois anos após sua abertura, o Colégio iniciou a construção de um ginásio de esportes próprio, primeiro do Vale do Araranguá, que passou a servir de referência esportiva para toda a comunidade e circunvizinhos. O Colégio Servos de Maria era essencialmente uma escola de 2º grau, razão pela qual nunca trabalhou com muitos alunos. Iniciou suas atividades com 58 alunos divididos em 2 turmas no seu

primeiro ano. No ano seguinte atingiu 123 alunos, chegando ao seu máximo de matrículas em 1978, com 277 alunos. Em 1989 o Colégio entrou em colapso, não alcançando o número suficientes de matrículas para viabilizar seu funcionamento. Fechou então, para desconsolo de seus idealizadores. Durante os anos de 1989/90 o Colégio permaneceu fechado. Apenas o Seminário continuou em atividade. Em 1990 teve início um movimento pela reabertura e aproveitamento das potencialidades físicas do Colégio, agora liderado por um grupo de professoras locais e de pais interessados em investir numa escola de qualidade para seus filhos. Neste intuito, uma comissão formada por membros da comunidade apresentou uma petição aos órgãos competentes solicitando a reabertura do Colégio. Entre os colaboradores destacam-se as professoras Suzana Miranda, Édi Maceda, Marta Ribeiro Ávila e Helena Lodetti; entre os empresários: Abel Olivo, Elder Simionatto e Dr. Sérgio Bilodre.

Finalmente o parecer favorável do Conselho Estadual de Educação deu autorização à reativação do Colégio Servos de Maria em 28/11/1990 agora para os cursos de Ensino Fundamental completo e Ensino Médio. Desde então o Colégio está no seu 22º ano de funcionamento, atendendo em média de 262 alunos por ano letivo.

O objetivo do Colégio Servos de Maria sempre foi o de integrar Ciência, Cultura, Fé e Vida dentro dos princípios católicos da Ordem dos Servos de Maria. Como reconhecimento deste esforço educativo, o Colégio Servos de Maria foi indicado para o Prêmio Estadual "Educador Elpídio Barbosa", devido à qualidade, seriedade e competência com que tem desenvolvido o seu trabalho educacional com a maior carga horária do país, sendo muito bem votado entre os melhores colégios do Estado de Santa Catarina.

Até este momento, o Colégio parece justificar a sua existência e sua missão de oferecer boa qualidade de ensino. Se não é cumprida como o desejado, pelo menos emprega todo o esforço nessa direção.

3.1.1.1.1.2 Arquitetura Religiosa



Figura: Fachada da Igreja Nossa Senhora da Oração.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

Em 1916, foi construída uma capela de madeira, com a condição de que em cinco anos, se construísse uma de alvenaria. Também serviu de escola para alunos de 1ª a 4ª séries.

Em 1924 é dada a benção solene para a nova capela. A igreja localizava-se onde é o Grêmio Turvense e foi demolida depois de ser usada como teatro. No dia 22 de outubro de 1937 o arcebispo Metropolitano em visita pastoral, procede a benção da pedra fundamental da nova igreja matriz em terreno doado por Rômulo Pescador (mais de um hectare de terra).

Em outubro de 1942 o arcebispo metropolitano cedeu a administração da paróquia a ordem Servos de Maria, sendo inaugurada a igreja matriz. No ano 1943 iniciou-se a construção do Seminário Menor dos Servos de Maria – diretor Frei Gregório Dal Mont e início da construção do colégio Servos de Maria. Dia 05 de janeiro de 1947, com uma grande festa solene foi a primeira missa do reverendo padre Amílcar Gabriel, primeiro sacerdote do município. A 20 de março foi iniciada a construção da nova casa paroquial.



Figura: Memorial Madre Gertrudes.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

Turvo possui uma característica de turismo religioso a partir de um milagre ocorrido na cidade e que auxiliou na beatificação de Madre Gertrudes. Turvo conta com uma capela bem no centro da cidade, ao lado da Igreja Matriz que conta a história da Madre e do milagre ocorrido, o único no Brasil feito por Gertrudes.

O processo de beatificação foi encaminhado para o Vaticano pelas Irmãs que trabalhavam na época em Turvo, junto com o milagre de uma criança que tinha as pernas atrofiadas e graça as orações para a Santa Gertrudes ele foi curado.

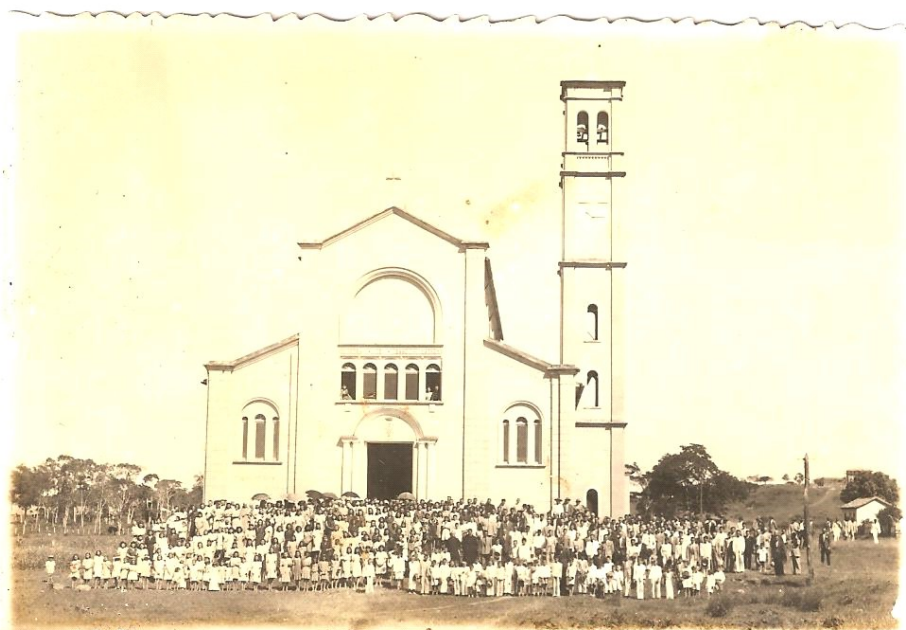


Figura: Igreja.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

3.1.1.1.3 Arquitetura Rural



Figura: O meio rural.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

3.1.1.1.4 Arquitetura Comercial ou industrial



Figura: Primeiro Correio e Telégrafo de Turvo.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.



Figura: Intendência Distrital Turvo.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

3.1.1.1.5 Arquitetura viária



Figura: As vias de transporte.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.



Figura: As ruas.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.



Figura: As ruas.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.



Figura: As ruas.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

3.1.1.1.2 Monumentos Históricos

3.1.1.1.2.1 Portais e Pórticos



Figura: Pórtico de entrada da cidade de Turvo.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

3.1.1.1.2 Chafarizes



Figura: Gruta São Peregrino.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

São Peregrino é o protetor do mal do câncer. Um santo italiano que encontrou na devoção a Deus a cura para uma ferida na perna. Por esse milagre, em quatro de maio de 1726, a igreja católica através do Papa Bento XIII, o consagrou santo.

Há cinco anos, no Seminário Menor Nossa Senhora das Dores, era realizada uma missa todo dia quatro de cada mês em devoção ao santo, passados dois anos a capela ficou pequena para tanta gente que procurava as missas, então começou a serem feitas duas por dia e nos dias de hoje são realizadas três missas por dia para atender a todos os devotos. Na frente do seminário existe uma gruta onde fica a imagem de São Peregrino, no local são deixados cadernos para que as pessoas deixem seus pedidos. Por ano, são preenchidos dois deles.

A cada ano no dia dedicado ao santo, pessoas da comunidade são convidadas a serem afilhadas de São Peregrino, recebendo uma fita. A pessoa também recebe a missão de divulgar São Peregrino e passar nas casas dos enfermos para levar uma palavra de conforto.

3.1.1.1.3 Placas

Placa dos primeiros colonizadores simboliza as primeiras famílias que vieram da Itália para consolidarem-se em nossa cidade.

3.1.1.1.3 Relação de Espaços Culturais

3.1.1.1.3.1 Bibliotecas

Biblioteca Municipal atende a população turvense e da região desde que foi fundada, e atualmente se encontra localizada na antiga casa do Juiz.

3.1.1.1.3.2 Sala de exposições



Figura: Sala de Exposições do Centro Municipal de Cultura.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

3.1.1.1.3.3 Museus



Figura: Centro Municipal de Cultura.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

Localizado na estrada geral que leva a Turvo Baixo, considerado ponto principal e de referência para aos viajantes na história. Na mesma construção encontra-se a Biblioteca Municipal. A segunda construção de alvenaria de Turvo teve seu início em 1936, término e ocupação em 1937 pela equipe de pedreiros: Albino, Angelin e Candido Trichês. Localizada na estrada geral que leva a Turvo Baixo, considerada ponto principal e de referência aos viajantes.

O estilo da construção é colonial italiano, com um ponto no telhado a fim de poder sustentar a telha francesa, exigência do proprietário que se inspirou nas construções de Caxias do Sul, também na colonização italiana. Composta por um sótão, seis peças destinadas a residência, um banheiro e um porão que funciona como depósito de cereais, vinhos e ferramentas.

A casa passou a ser habitada pela família Antonio Bez Batti. Possuía, originalmente um banheiro localizado abaixo da escada externa, com banheira de alvenaria e sistema de água corrente provido pelo poço e bomba de ferro manual, que enchia a caixa. Considerando a envergadura da obra, este sistema de provisão da água era extremamente caro e luxuoso. A partir de 1984, o Conselho Municipal de Cultura num trabalho conjunto com a prefeitura, deu início a restauração deste marco histórico de nossa colonização, visando preservar sua arquitetura original e resgatar a memória do município e do povo turvense.

Visando a memória e a cultura dos imigrantes foram desenvolvidas várias atividades no sentido de resgatar documentos e peças que se encontram em poder de particulares. Para abrigar as peças criou-se o Museu Lourenço Manenti, onde estão expostas mais de duas mil peças. Na sala Virgínia Cechinel Bendo pode-se ver objetos e pertences utilizados pela professora que iniciou a escolarização das crianças na Escola Mista do Alto Rio Turvo, ligada ao distrito, então Araranguá, além de documentos, a galeria dos ex-prefeitos e os pracinhas da cidade que lutaram na 2ª Guerra Mundial. Já no segundo piso estão expostas coleções de moedas, fósforos, pedras e fotos dos casarios antigos. Conta também com um artigo externo para peças de grande porte. No andar inferior fica a biblioteca municipal Ângelo Rovaris.

3.1.1.1.3.4 Casa de Cultura e Centros Culturais



Figura: Centro Municipal de Cultura.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

Centro Cultural Antônio Bez Batti em conjunto com o Museu Lourenço Manenti formam a sede da cultura do município de Turvo, local onde se encontra o Conselho de Cultura (hoje intitulado como Conselho de Política Cultural), desde o ano de 1985. Além da exposição de seu arsenal totalmente colonial, concentra diversas atrações artísticas.

3.1.1.1.3.5 Praças Públicas



Figura: Praça Frei Paulo Venezian Benincá.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

A Praça Frei Paulo Venezian Benincá, mais conhecida como Praça da Matriz, no Centro de Turvo, é um espaço de lazer e encontros para os moradores.



Figura: Praça Pública.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

3.1.2 Patrimônio Cultural Imaterial

O Decreto 3551 de 04 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Este decreto, no seu primeiro artigo estabelece as categorias dos livros de registro da cultura imaterial em suas especificidades.

Art. 1º-Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º-Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I -Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º-A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira

Entende-se que o patrimônio imaterial é aquele que revela práticas cotidianas, rituais, manifestações saberes e fazeres transmitidos espontaneamente de geração em geração com sua essência e não algo produzido para representar uma identidade criada para atrair ou consolidar um produto turístico-cultural.

Do mesmo modo, a definição proposta na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial promovida pela UNESCO em 2003, explica as características e representações do patrimônio imaterial.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 3).

O documento da UNESCO reporta ao direito à memória, o direito que foi consagrado em lei no Brasil a partir da Constituição Cidadã de 1988.

3.1.2.1 Diagnóstico do Patrimônio Imaterial

3.1.2.1.1 Relação de Hábitos de Vida

3.1.2.1.1.1 Costumes Familiares

Os hábitos e costumes são algo permanente na vida de um povo. É algo que se adquire no decurso da vida. Para formar os hábitos e costumes, concorre bastante a hereditariedade, como também a influência exercida pelo meio social. Na vida se faz uma porção de coisas sem pensar em virtude dos hábitos e costumes que adquirimos. Os hábitos e costumes levam um povo a um apego muito grande no seu modo de agir. Entre os hábitos e costumes do povo turvense destacamos:

1. Ir à missa ou ao culto: A religiosidade entre os habitantes de Turvo é muito conservada, constituindo-se uma obrigatoriedade a presença popular nos cultos religiosos dominicais e festas religiosas. “O bom político” não pode perder a missa nos domingos e dias de guarda. Todas as comunidades possuem seus oratórios, com seus padroeiros religiosos, com data de comemoração, com festa e quermesse.

2. Jogo de boccia: É um esporte muito praticado pelos descendentes dos italianos. As canchas de “boccia”, ou bolas de pau são encontradas para atrair o povo, em muitos bares da cidade e nos “centros de encontro das comunidades”, ou mesmo nos poteiros dos particulares. Há em muitos bares da cidade, torneios organizados, em época de inverno, com disputas entre diversos times, com participação de muitas comunidades e com prêmios como: terneiros, leitões, perus, carneiros e vinho.

3. Futebol: Todas as comunidades possuem seus times de futebol para realizar jogos “amistosos” ou mesmo participar em torneios organizados pelo “Conselho Municipal de Esportes” (CME).

4. Jogo de cartas: Em todos os sábados á tarde ou domingos e feriados, há jogos de cartas, quer nos bares da sede, quer nos centros comunitários, principalmente de canastra, três sete, bacará e triunfo.

5. Jogo de mora: É um tipo de esporte em que se utilizam os dedos. É muito praticado, principalmente pelas comunidades mais afastadas da sede.

6. Realização de bailes e domingueiras: Abrange mais a faixa etária de jovens. É um acontecimento frequente nas comunidades rurais, onde ajunta-se a juventude de todas as comunidades do município e dos municípios vizinhos.

7. Movimentos políticos: Em época de eleição, há grandes aglomerações de pessoas em bares, conversando sobre os partidos políticos e os candidatos que disputam as eleições.

8. Canções tradicionais: Por ocasião dos casamentos, e mesmo nos bares, as canções destacam-se “Il mazzolino de Fiori”, “Belle Scarpette”, “Le galine tutte matte” e outras.

3.1.2.1.2 Eventos e Festas

3.1.2.1.2.1 Culturais

3.1.2.1.2.1.1 Festa do Colono



Figura: Festa do Colono em Turvo.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

Era o ano de 1971 quando foi realizada a primeira Festa do Colono no município de Turvo. A primeira festa ocorreu no dia 1º de agosto de 1971. A santa missa foi celebrada pelo bispo diocesano Dom Anselmo Pietrulla, num palco montado no campo de futebol, em frente ao seminário. Na oportunidade foi homenageado o casal agricultor mais idoso: Giusti, que ofereceu ao governador Colombo Machado Salles um garrafão de vinho e um queijo fabricado por sua esposa.

Desde então a festa se consolidou como um marco para a comunidade turvense que vê na festa uma justa homenagem ao agricultor, que faz tanto por esta terra. A festa foi tomando proporções maiores, tanto de público como de infraestrutura, a medida que os anos foram passando e se tornou um evento verdadeiramente conhecido no sul catarinense.

Desde a primeira edição da festa, uma das maiores atrações é o desfile das máquinas agrícolas, que orgulhosamente são conduzidas pelos agricultores no trajeto da avenida municipal. É uma tradição passada de pai para filho. Em 1979 foi criada uma modalidade para tornar a festa ainda mais atrativa, a Arrancada Catarinense de Tratores, onde os participantes competem quase que da mesma forma que uma corrida de automóveis.

Além de inúmeras outras atrações que a festa do colono proporciona aos visitantes, um ponto que merece destaque é a gastronomia. Para quem gosta de saborear um prato típico, a festa oferece as mais conhecidas variedades da gastronomia italiana, como macarronada, polenta, galinha, fortaia, risotos e muitos outros pratos. Mas também como em toda boa festa, os shows não poderiam faltar, por isso a Festa do Colono traz sempre para o público que visita nos quatro dias de festa muitos shows regionais e nacionais. A Festa é realizada sempre no mês de agosto, em ano ímpar.

3.1.2.1.2.1.2 Arrancada de Tratores

Diferente da arrancada que ocorre em Maripá (PR) na qual as máquinas são preparadas especialmente para o evento, em Turvo elas saem da lavoura e passam por pequenas modificações como alteração da bomba, cabeçote e rotação do motor e disputam em pistas que lembram as mesmas condições da roça. As máquinas chegam a 70 km/h e o motorista tem que ser bom de braço. Também foi criada a Associação dos Pilotos de Tratores de Turvo (APITUR).



Figura: Arrancada de Tratores.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

➤ Acampamento Sul Brasileiro de Jeepeiros



Figura: Acampamento Sul Brasileiro de Jeepeiros.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

Sempre com a presença dos melhores pilotos do Sul do Brasil para disputar as primeiras posições nas etapas do Campeonato Sul Brasileiro de Jeep Cross. O acampamento Sul Brasileiro de Jeepeiros é realizado no CTG Vale da Amizade em Turvo.

➤ Festália



Figura: Festália.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Turvo.

A data escolhida foi o mês de agosto, em anos alternados. O objetivo foi definido em torno de uma festa cultural e gastronômica que viesse com o tempo resgatar todos os costumes e tradições dos nossos antepassados. Esse resgate consiste em buscar dados sobre origens, o que faziam nossos antepassados, como viviam, se divertiam, se alimentavam, trabalho, oração e outras coisas.

Hoje a ADIT já tem um farto material com todas estas informações e que futuramente serão editados em um livro para que fiquem definitivamente registrados. Este resgate cultural proporcionará uma ligação direta entre o passado, presente e o futuro de nosso povo. A cada edição da Festália se avança um pouco mais na busca de nossa história.

A festa chega na 4ª edição e este ano o ponto forte da nossa cultura será a apresentação de um conjunto de 32 fotos das primeiras famílias turvenses. Este ano também haverá desfile

das famílias atuais no domingo pela amanhã. Uma festa sempre com jogos, brincadeiras, danças, competições, músicas e a comida da 'nona' regada por um bom vinho.

4 A GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS

4.1 Prognóstico do Plano Municipal de Cultura de Turvo

Após analisar o contexto cultural do município de Turvo, é possível identificar os principais entraves e as dificuldades que precisam ser resolvidas e planejadas para o fortalecimento da cultura local. Isso significa ter que lidar com novos desafios e reconhecer as oportunidades para agir. Os desafios se constituem como tudo o que limita o desenvolvimento cultural local que precisa ser vencido. Após a realização do diagnóstico, a próxima etapa consiste em traçar metas sobre o que se almeja para a vida cultural da cidade, seguindo para isso um cronograma para acomodar no espaço de tempo de um plano de cultura. É o momento de pensar no futuro desejado para a cultura nos próximos dez anos. Para dar vida a esse futuro foi preciso fazer escolhas e decidir qual direção seguir para estabelecer as políticas culturais do município.

4.2 Patrimônio Cultural: Interrelação entre a dimensão Material e Imaterial

O Brasil vive um momento único em relação ao estabelecimento de políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural material e imaterial e para consolidação do acesso à cultura como um direito fundamental dos cidadãos. Durante a III Conferência Nacional de Cultura realizada em Brasília entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro de 2013, cerca de 2000 gestores e produtores culturais discutiram e priorizaram propostas para estabelecer uma Política de Estado dentro do Sistema Nacional de Cultura. Cabe citar que dentro do Eixo 3: Cidadania e Direitos Culturais a proposta 3.30 tem como objetivo:

Criar diretrizes de fomento para a preservação e manutenção do Patrimônio Material e Imaterial, (de acordo com as Leis n.10.639/2003, 11.645/2008, o Decreto n. 6.040/2007, o decreto-Lei n. 25/1937, a Lei 11.904/2009, o Decreto n. 8.124/2013, o Decreto n. 3.551/2000 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho- OIT) que contemplem: a) garantia de preservação e recuperação de bens tombados e realização de estudos para o tombamento de outros prédios históricos junto ao IPHAN, através do FNC; b) garantia de utilização cultural e social dos bens do patrimônio material tombado (casas, casarões, prédios pertencentes ao poder público com casas tradicionais de matriz africana); c) criação de um programa de incentivo à transmissão dos saberes populares e à preservação do patrimônio cultural

material e imaterial de referência para as culturas tradicionais; d) Aprimoramento do registro de bens imateriais.

Várias leituras revelam que a cultura material não deve ser dissociada da cultura imaterial. Neste contexto, cabe revisitar o inovador trabalho realizado por Mario de Andrade no Brasil na década de 30, em relação ao registro do patrimônio imaterial, Andrade (1981, p.44 apud NOGUEIRA 2007, p. 257), afirma que os sentidos amplos e diversificados dado à palavra arte- “habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”, revelam uma ideia de patrimônio cultural que se expressa tanto em sua forma material quanto em sua forma imaterial ou intangível. A partir da compreensão de um conceito amplo de cultura com foco na produção de conhecimento e no processo criativo é impossível mensurar a distinção entre o que é material e imaterial na relação do patrimônio com a comunidade que o produziu.

Lemos (1987) explica que em relação ao patrimônio cultural no Brasil a preocupação é algo muito recente. Uns ou outros às vezes no decorrer da história solicitava que um monumento arquitetônico fosse defendido. Segundo ele, somente em 1936 é que realmente ganhou-se um projeto “digno de elogios”. O escritor Mário Andrade, que pretendia incluir outros aspectos ao considerado patrimônio da nação, como catalogar todas as manifestações culturais do homem brasileiro, não só seus artefatos, mas também registrar a sua música, seus usos, seus costumes, assim como o seu saber e o seu saber-fazer.

Atualmente outros trabalho apontam para o estabelecimento das interrelações entre a cultura material e a imaterial. Possas, (1993, p. 233) apresenta um trabalho sobre a produção de conhecimentos histórico tendo como base as praças da cidade, ao explicar sua metodologia deixa claro que a modificação do olhar dos professores e dos alunos após as problematizações provocadas, acaba por desenvolver o olhar para a percepção das conjunturas que estão por trás dos patrimônios edificados. Está relação que existe entre o bem material seu uso cotidiano, os saberes e os fazeres que revelam sua essência são necessários para o reconhecimento das pluralidades existentes em nossa cultura e assim passando a valorizá-las e respeitá-las.

A pesquisadora Paula Landim (2001), desenvolve um estudo sobre a percepção e preservação do patrimônio arquitetônico urbano, embora defina sua discussão nos bens edificados, ela cita a importância da preservação do entorno do bem que representam um conjunto de relação. Para a autora nenhum elemento material existe de forma independente, a cultura material esta enraizada nas relações cotidianas da humanidade com o meio em que esta inserida, em seus saberes e fazeres. Deste modo afirma:

A cidade compreende mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode escutar: disposições e perspectivas que esperam ser exploradas, haja visto que a cidade que percorremos como transeuntes se apresenta aos poucos, por partes, sendo impossível uma visão da sua totalidade. Nenhum elemento é independente, revela-se sempre ligado ao meio ambiente, à sequência de acontecimentos que o determinaram à lembrança de experiências passadas. Cada habitante tem relações com partes definições de sua cidade, a imagem que se tem dela está impregnada de lembranças e significações. (Landim, 2001, p.3)

Landim, (2001) destaca ainda que em relação a preservação do patrimônio arquitetônico as mentalidades vem se modificando, pois por muito tempo o interesse era garantir a preservação de construções representativas das classes dominantes ou de bens que representassem a identidade nacional consolidada pelos interesses de poucos. No entanto, a autora salienta que hoje alguns buscam a preservação de edificações representativas da história das cidades, preserva-se para garantir as permanências dos modos de se habitar, dos modos de construir do cotidiano e essas relações revelam-se como patrimônios imateriais da cidade.

Vale ressaltar ainda a preocupação da autora sobre as políticas de proteção ao bem cultural, pois em nossos tempos verifica-se uma massificação e padronização que tende a destruir e descaracterizar os elementos constitutivos de nossa cultura em suas diferentes especificidades:

Supõem-se que esta política deva respeitar além dos valores históricos, culturais e estéticos, também os ambientes e as características que compõem a consciência coletiva da comunidade. O desrespeito a estes aspectos tem provocado o crescimento desenfreado das cidades, com altos custos para a paisagem urbana e a arquitetura. Como consequência, temos um processo de massificação que destrói a cultura popular e compromete o equilíbrio emocional da população, no momento que esta perde seus referenciais urbanos em espaços de tempo curto demais para uma assimilação saudável das mudanças ocorridas. (Landim, 2001.p.1)

Outros espaços onde a interrelação entre as dimensões material e imaterial do patrimônio cultural precisam estar inter-relacionar, são os museus e as escolas, estes espaços devem criar projetos educativos e sociais que levem os indivíduos a refletirem sobre os saberes e os fazeres que estão intrínsecos no objeto material. As práticas museológicas e educativas necessitam tem como foco a produção do conhecimento cultural a partir dos bens tangíveis e intangíveis.

A museologia e a educação consideradas como histórico-socialmente condicionadas, assumem, em cada período histórico características que são resultado das ações do homem, no mundo, fazendo com que possamos considerá-las como possibilidade e não como determinação. Daí, a necessidade de contextualizá-las, situando-as no tempo e no espaço compreendendo-as como ação social e cultural. A contemporaneidade não comporta mais modelos de desenvolvimento tecnológico e

científico dissociados dos referenciais culturais de um povo. Cultura e desenvolvimento mais do que nunca, têm que andar de mãos dadas. (SANTOS, 2000, p. 3)

Contudo, conclui-se que enquanto pesquisadores e educadores temos um longo caminho a percorrer para conseguir desvencilhar a concepção ainda enraizada da “sacralização da memória em pedra e cal” (NOGUEIRA, 1995). Perceber o patrimônio cultural como vetor para a produção de conhecimento, partindo como defende Santos (2001, p. 12) de questionamentos e comparações para estabelecer conexões entre o passado e o presente, entre a arte e a ciência, entre uma cultura e outra.

Observa-se ainda, que existem muitos desafios a serem enfrentados no que tange a definição e o reconhecimento dos bens culturais materiais e imateriais que devem ser preservados ou registrados em uma determinada sociedade, pois vivemos em um sistema econômico que prima pela materialidade e pelo poder. Assim, resta-nos um compromisso social acima de tudo de lutar para garantir a permanência dos saberes e fazeres e das manifestações culturais que também produzem e estão intrínsecas a cultura material que fazem parte da memória individual e coletiva, constituindo e fortalecendo a identidade cultural dos diferentes grupos sociais que compõe a sociedade brasileira.

5 DIRETRIZES E PRIORIDADES

5.1 Organizar e Sistematizar a Gestão Pública da Cultura no município.

5.2 Promover ações que resultem na Preservação do Patrimônio Cultural material e imaterial do município.

5.3 Criar mecanismos de fomento ao desenvolvimento Artístico-Cultural.

5.4 Promover ações de integração entre Economia, Cultura e Turismo buscando consolidar produtos culturais gerando assim renda e desenvolvimento.

5.5 Sistematizar mecanismos de divulgação, comunicação fruição da Cultura Local.

6 METAS E AÇÕES

6.1 Metas, Diretrizes e Ações para o Plano Municipal de Cultura

1. GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA					
DOCUMENTO BASE			Relatório da III e IV Conferência Municipal de Cultura		
OBJETIVO GERAL			Organizar e Sistematizar a Gestão Pública da Cultura no município de Turvo		
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES, DIRETRIZES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS DE EXECUÇÃO
Implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC).	Implantar o Sistema Municipal de Cultura e sucessiva adesão ao Sistema Nacional de Cultura, como instrumento de gestão articulada e compartilhada entre Estado e Sociedade criando condições para cultura deixar de ser um componente periférico para ocupar definitivamente seu espaço como um dos vetores centrais do processo de desenvolvimento do município, do estado e do país.	Promover a autonomia administrativa dos segmentos culturais.	Maior fruição cultural no município.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	Dez/2015
Instituir um Órgão Gestor de Cultura específico (No caso do Município Fundação ou Departamento).	Criar um departamento desvinculado de outras áreas;	Promover a autonomia administrativa do órgão gestor.	Maior autonomia para o desenvolvimento do setor cultural do município.	Prefeitura Municipal	Dez/2015
Implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC).	Instituir o Conselho de Política Cultural órgão constituído de maneira paritária, que representará a articulação entre o poder público e a sociedade organizada.	Criar espaço de participação social institucionalizada para elaboração, fiscalização, acompanhamento, avaliação,	Promoção da gestão democrática da cultura.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de	Dez/2015

		execução das políticas públicas de cultura		Política Cultural Sociedade Civil Organizada	
Implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC).	Realização de Conferência Municipal de Cultura, pelo menos a cada dois anos, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as organizações e instituições culturais e os agentes artísticos e culturais.	Promover a interação entre o poder público e a sociedade civil na discussão e avaliação da gestão democrática da cultura.	Promoção da gestão democrática da cultura.	Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	A cada 02 anos
Implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC).	Estruturação do Plano Municipal de Cultura instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura.	Desenvolver um instrumento de planejamento estratégico que organize, regule e norteie a execução da Política Municipal de Cultura.	Garantia legal de execução de metas e prioridades definidas pelo plano ao longo de dez anos.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Sociedade Civil Organizada	01 ano
Implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC).	O Poder Público deverá cumprir o acordo federativo e executar as etapas da instituição do Sistema Municipal de Cultura, assim como promoverá a motivação da comunidade a fim de expressar sua cidadania participando ativamente de todo processo de desenvolvimento cultural do município.	Promover a interação entre o poder público e a sociedade civil na elaboração das políticas públicas de cultural.	Promoção da gestão democrática da cultura.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Sociedade Civil Organizada	Permanente
Implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC).	Apoiar a participação do município nas Conferências Estadual e Nacional como instrumentos de controle social.	Propor estratégia de controle social e funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais, Distrito Federal e Setoriais da cultura.	Maior participação e aproximação entre as discussões da área de cultura em âmbito municipal, estadual e federal.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	Permanente
Implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC).	Regulamentação do Sistema de Financiamento a Cultura formado pelo conjunto dos	Garantir que existam no orçamento anual do poder público os recursos	Partilha e transferência de recursos de forma equitativa para	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	01 ano

	instrumentos de financiamento público da cultura, tanto para as atividades desenvolvidas pelo Estado, como para apoio e incentivo a programas, projetos e ações culturais realizadas pela Sociedade. Este sistema irá criar principalmente o Fundo Municipal de Cultura constituído por Lei.	destinados exclusivamente aos segmentos culturais.	fortalecimento da cultura local.	Conselho Municipal de Política Cultural	
Capacitar Agentes Gestores Culturais e	Promoção de cursos de capacitação para gestores culturais e membros da cadeia produtiva da cultura através de parcerias com instituições de Ensino.	Capacitar periodicamente os gestores e agentes culturais	Adoção de práticas de gestão cultural eficientes e qualificadas.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Ao menos uma vez no ano
Capacitar Agentes Gestores Culturais e	Capacitação dos educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para atuação como agentes de difusão da leitura, contadores de histórias e mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e museus, entre outros equipamentos culturais e espaços comunitários;	Capacitar diferentes agentes multiplicadores da preservação da cultura material e imaterial local.	Maior qualificação profissional dos agentes culturais	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente
Capacitar Agentes Gestores Culturais e	Desenvolvimento de um programa municipal de capacitação para elaboração e captação de projetos culturais;	Organizar equipe e programa qualificado elaboração e captação de projetos culturais	Aprovação e financiamento de novos projetos culturais	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Sociedade Civil Organizada	Permanente
Capacitar Agentes Gestores Culturais e	Disponibilização por parte da administração pública de profissionais para assessorar a cadeia produtiva da cultura a organizarem os	Promover assessoria e capacitação para a cadeia produtiva da cultura.	Organização formal da cadeia produtiva da cultura.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	Permanente

	registros de associações por segmentos culturais, (Com possível efetivação de funcionários no setor).			Conselho Municipal de Política Cultural Sociedade Civil Organizada	
Capacitar Agentes Gestores Culturais e	Em parceria com instituições como Epagri, Sesc, Sebrae, IFESC, UFSC, SATC. e de outros segmentos culturais implantar um programa de capacitação dos artesãos locais a fim de melhorar a qualidade dos produtos, estimulando o associativismo e orientando sobre estratégias de ampliação de mercado.	Qualificar os artesãos locais a fim de promover, organização, diversificação e ampliação de mercado.	Melhoria, organização e diversificação da produção artesanal local e fortalecimento da identidade cultural artesanal de Turvo	Instituições parceiras Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Sociedade Civil Organizada	02 anos
Garantir a acessibilidade nos equipamentos e bens culturais.	Viabilizar e adequação de espaços culturais e bens públicos a portadores de necessidades especiais e idosos.	Adequar os equipamentos culturais de infraestrutura adequada a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, crianças e idosos. Criar rampas, passarelas e outros em locais visitados como: museu, biblioteca e outros espaços usados para eventos culturais.	Aumento da frequência de visitantes e usuários aos equipamentos culturais e promoção de acessibilidade a diferentes públicos.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	Permanente
Garantir a criação e adequação do espaço físico para a cultura	Criação do espaço para o Departamento de Cultura com salas de reuniões, equipamentos e mobiliários adequados	Oferecer um espaço adequado para a realização do Conselho Municipal de Políticas Culturais	Maior fruição na realização dos trabalhos do Conselho Municipal de Políticas Culturais e do Departamento de Cultura	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	02 anos
Garantir a eficiência do órgão gestor de cultura	Ampliação da equipe de trabalho do Departamento de Cultura	Oferecer atendimento e atenção adequada às demandas e necessidades do setor cultural no	Maior fruição na realização das atividades do Departamento de Cultura	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura	10 anos

		município.			
--	--	------------	--	--	--

2. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL					
OBJETIVO GERAL		Promover ações que resultem na preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial do município.			
DOCUMENTO BASE		Relatório da III e IV Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES, DIRETRIZES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS DE EXECUÇÃO
Promover ações para desenvolver pesquisas, inventários e registros do patrimônio material e imaterial do município.	Elaboração do inventário cultural do município, destacando e cadastrando o potencial histórico-cultural e artístico referente a memória material e imaterial local.	Fazer o inventário histórico e cultural do município.	Identificação, potencialização e preservação do patrimônio material e imaterial do município.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	04 anos
Promover ações para desenvolver pesquisas, inventários e registros do patrimônio material e imaterial do município.	Promover a elaboração de inventários sobre a diversidade das práticas religiosas, incluindo seus ritos e festas.	Fazer o inventário buscando mapear a diversidade de práticas religiosas e culturais.	Identificação, potencialização e preservação do patrimônio material e imaterial do município.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	06 anos
Promover ações para desenvolver pesquisas, inventários e registros do patrimônio material e imaterial do município.	Realização de inventário artístico do município cadastrando artesãos, artistas plásticos, músicos, grupos folclóricos, grupos de danças, bandas, corais, cantores e escritores no Sistema Municipal e Nacional de Cultura;	Fazer o inventário artístico buscando mapear a diversidade de artes, atores e artistas.	Identificação, potencialização e preservação do patrimônio material e imaterial do município.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	02 anos

Promover ações para desenvolver pesquisas, inventários e registros do patrimônio material e imaterial do município.	Promoção do registro da memória dos antigos moradores e dos ferreiros, carpinteiros e benzedeiras do município por meio de entrevistas e gravações; Criar centro de documentação e memória (CEDOC).	Registrar o Patrimônio Imaterial. Resgatar as lendas, mitos e crenças do município; Escrever as lendas contadas pelas pessoas sobre bruxas e feitiçeras e as estórias de pescadores. Resgatar história das rendeiras, benzedeiras e doceiras (com suas receitas) no município. Melhorar as instalações do Projeto Memória Viva.	Preservação da memória dos moradores do município.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	03 anos
Promover ações para desenvolver pesquisas, inventários e registros do patrimônio material e imaterial do município.	Incentivo a pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais, étnicos e de educação patrimonial;	Fornecer subsídios didáticos para as instituições de ensino do município e região em relação aos conteúdos culturais. Criar materiais didáticos de história e geografia do município.	Incremento na área de pesquisas e produção cultural para divulgação visando preservação.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	04 anos
Promover ações para desenvolver pesquisas, inventários e registros do patrimônio material e imaterial do município.	Estabelecer parceria com instituições universitárias e de pesquisa da região para realização dos projetos culturais do município;	Articular acordos de cooperação e parceria com instituições de ensino da região para promoção de projetos e programas culturais.	Envolvimento da sociedade civil em atividades culturais por meio de oportunidades geradas por instituições de ensino regionais.	Prefeitura Municipal Departamento de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	02 anos
Organizar projetos que promovam a identificação e valorização de bens e saberes culturais.	Promoção do reconhecimento por parte da comunidade da necessidade de preservação e manutenção dos patrimônios culturais	Motivar a comunidade e a iniciativa privada para a manutenção e restauração de bens culturais.	Restauração de bens materiais relevantes para o município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho	10 anos

	arquitetônicos, e incentivo a restauração por parte da iniciativa privada.	Organizar uma campanha de conscientização; Incentivar o resgate cultural de bens arquitetônicos; Buscar recursos para restauração dos bens culturais;		Municipal de Política Cultural	
Organizar projetos que promovam a identificação e valorização de bens e saberes culturais.	Organização de projetos escolares e com a comunidade que valorizem as tradições do município como as brincadeiras da infância, as práticas artesanais de cultura, entre outros temas de relevância histórica.	Envolver os setores da educação formal na preservação e difusão cultural por meio de projetos multidisciplinares Fazer parceria com as escolas e centros de educação infantil e acrescentar nos projetos escolares, contações de histórias e desenhos sobre bruxas e feiticeiras, da cultura local.	Motivação quanto a valorização cultural desde a infância.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Departamento de Educação	Anualmente
Organizar projetos que promovam a identificação e valorização de bens e saberes culturais.	Organização de políticas públicas para tombamentos de bens patrimoniais que referenciem a memória da coletividade salvaguardando estes patrimônios para o conhecimento das próximas gerações.	Garantir o cumprimento da legislação específica quanto a preservação dos bens culturais. Incentivar tombamento das construções arquitetônicas de relevância histórica para o município.	Garantia de preservação de patrimônios culturais materiais e imateriais do município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	02 anos
Organizar projetos que promovam a identificação e valorização de bens e saberes culturais.	Construção de monumentos significativos sobre a história da cidade e suas memórias, e outros marcos que contem a história do município.	Viabilizar a construção e revitalização de monumentos e espaços históricos no município.	Ampliação do número de equipamentos culturais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	06 anos
Organizar projetos que promovam a	Revitalização de praças, monumentos e lugares de memória.	Viabilizar a construção e revitalização de	Manutenção de equipamentos culturais.	Prefeitura Municipal	Permanente

identificação e valorização de bens e saberes culturais.		monumentos e espaços históricos no município.		Órgão Gestor da Cultura	
Organizar projetos que promovam a identificação e valorização de bens e saberes culturais.	Criação e implantação do Arquivo Público Municipal para preservar o patrimônio documental;	Implantar o Arquivo Público Municipal.	Preservação do patrimônio documental do município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	06 anos
Organizar projetos que promovam a identificação e valorização de bens e saberes culturais.	Reforma e ampliação, informatização e compra de novos acervos para a Biblioteca Pública Municipal. Estabelecendo parcerias com o governo federal e estadual.	Investir na ampliação e atualização da Biblioteca Pública Municipal.	Aumento do número de leitores e qualidade de acervo da Biblioteca Pública Municipal.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	Permanente
Organizar projetos que promovam a identificação e valorização de bens e saberes culturais.	Garantir a identidade original da Festa Colono, entre outros. Preservação da memória e identidade dos patrimônios materiais e imateriais. Investir na realização de festas tradicionais do município como Festa do Colono, Festas religiosas comunitárias, Festas de Emancipação, Festa é Natal; e Feijoada da invernoada e do hospital consolidando-as com produto turístico-cultural espaço para comercialização e divulgação do potencial cultural do município.	Viabilizar apresentações de cunho tradicional do município.	Garantia da preservação das atrações durante o evento.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	Permanente
Organizar projetos que promovam a identificação e valorização de bens e saberes culturais.	Construção de um centro de cultura em memória que englobe: teatro, cinema, salas para oficinas, salas de exposição, auditório, etc. Assim como dar manutenção aos equipamentos culturais existentes.	Viabilizar um espaço para as práticas culturais do município.	Fortalecimento das práticas culturais e fomento às artes.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	05 anos
Organizar projetos que promovam a identificação e	Fortalecer o Museu Lourenço Manenti com espaço para reserva técnica, laboratórios	Promover o fortalecimento da memória, história e da cultura local.	Valorização da história e das memórias locais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor	05 anos

valorização de bens e saberes culturais.	salas de exposições e loja de comercialização do artesanato local.	Restaurar o museu. Comprar ou adquirir por meio de pregões equipamentos domésticos (geladeira, fogão), Materiais didáticos (quebra cabeça, desenhos para colorir) para interação dos visitantes.		da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	
--	--	---	--	---	--

3 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO-CULTURAL					
OBJETIVO GERAL		Criar mecanismos de fomento ao desenvolvimento Artístico-Cultural do município.			
DOCUMENTO BASE		Relatório da III e IV Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES, DIRETRIZES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS DE EXECUÇÃO
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	a Promoção de campanhas e concursos de produção literária;	Criar concursos e campanhas anuais de produção literária para diferentes públicos.	Identificação de talentos locais e incentivo à leitura.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	a Promoção e incentivo para publicações literárias e científicas	Implantar programa de incentivo a publicação de obras literárias, científicas e artísticas de autores locais.	Reconhecimento e valorização dos autores locais. Incentivar o hábito de ler e escrever. Aumento de	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política	01 ano

		<p>Criar festival de produção e declamação de poesias;</p> <p>Incentivar publicação de livros.</p>	atores e obras culturais, além da qualificação destas produções.	<p>Cultural</p> <p>Instituições Parceiras</p>	
<p>Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.</p>	<p>a</p> <p>Buscar junto a esferas estadual e federal e também da iniciativa privada recursos para estimular a publicação de livros e CDs de artistas locais;</p>	<p>Implantar programa de incentivo a publicação de obras literárias, científicas e artísticas de autores locais.</p>	<p>Reconhecimento e valorização dos autores locais.</p> <p>Incentivar o hábito de ler e escrever.</p> <p>Aumento de atores e obras culturais, além da qualificação destas produções.</p>	<p>Prefeitura Municipal</p> <p>Órgão Gestor da Cultura</p> <p>Conselho Municipal de Política Cultural</p> <p>Instituições Parceiras</p>	03 anos
<p>Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.</p>	<p>a</p> <p>Organização de grupos de teatro amador junto à comunidade;</p>	<p>Incentivar o grupo de teatro existente no município.</p> <p>Promover mostra de teatro com produções locais e regionais;</p> <p>Oferecer oficinas de teatro nas escolas com o objetivo de compor o Grupo de Teatro Municipal.</p> <p>Levantar fundos para montagem de espetáculos (figurino, cenário).</p> <p>Promover apresentações anuais e/ou semestrais com objetivo de firmar o Teatro Municipal.</p>	Existência de grupo de teatro no município.	<p>Prefeitura Municipal</p> <p>Órgão Gestor da Cultura</p> <p>Conselho Municipal de Política Cultural</p>	01 ano
<p>Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.</p>	<p>a</p> <p>Organização por parte do poder público e da comunidade cultural de festivais de música e dança com periodicidade anual.</p>	<p>Promover eventos culturais municipais e estimular a participação em eventos regionais.</p> <p>Incentivar o</p>	<p>Criação de hábito na população para participação em eventos culturais e garantia de espaços para que os atores culturais locais</p>	<p>Prefeitura Municipal</p> <p>Órgão Gestor da Cultura</p> <p>Conselho Municipal de Política</p>	Permanente

		evento Natal Encantado como mostra artístico-cultural com produções locais e regionais.	possam expressar sua arte.	Cultural		
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	a	Fortalecer e difundir as aulas de música no município: Violão, voz, bateria, guitarra e entre outros; Instituir o mês de Agosto, como Agosto Cultural.	Investir e estimular a formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município.	Identificação dos talentos existentes para a área de dança e música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	a	Motivação da comunidade para organização de um coral municipal ou grupos de cantos;	Investir e estimular a formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município.	Identificação dos talentos existentes para a área de dança e música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente
Fomentar a criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.		Fortalecer e difundir as oficinas ou escolas de dança;	Investir e estimular a formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município.	Identificação dos talentos existentes para a área de dança e música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente
Fomentar a criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.		Fortalecimento da Banda Municipal.	Fortalecer e ampliar as atividades da banda Municipal criada em 2011.	Identificação de novos talentos e fortalecimento da Banda.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	02 anos
Fomentar criação,	a	Criação de mecanismos de incentivo por parte da	Investir e estimular a	Identificação dos talentos	Prefeitura Municipal	Permanente

produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	administração municipal aos grupos de músicos e artistas do município.	formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município.	existentes para a área de dança e música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.	Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras		
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	Implantação de aulas de música no município: Violão, Voz, bateria, guitarra e entre outros.	Investir e estimular a formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município. Realizar uma mostra de produção cultural com grupos locais.	Identificação dos talentos existentes para a área de dança e música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	01 ano	
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	Motivação da comunidade para organização de um coral municipal ou grupos de cantos.	Investir e estimular a formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município. Incentivar os corais existentes no município através de apresentações em festas comemorativas municipais. Apoiar encontros da categoria de corais e cantos.	Identificação dos talentos existentes para a área de dança e música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	01 ano	
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	Incentivo da constituição de um grupo de Boi-de-mamão municipal.	Investir e estimular a formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município.	Identificação dos talentos existentes para a área de dança e música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	01 ano	
Fomentar	a	Instalação de oficina ou	Investir e	Identificação dos	Prefeitura	Permanente

criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	escolas de dança.	estimular a formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município.	talentos existentes para a área de dança e música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.	Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	Implantação de grupos de danças açoriana, afro, indígena ou tradicionalista gaúcha no município.	Investir e estimular a formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município.	Identificação dos talentos existentes para a área de dança e música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	Fortalecimento das Banda Municipal de Escolas e/ou Instituições do município	Investir e estimular a formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município.	Identificação dos talentos existentes para a área de música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Órgão Gestor da Educação Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	Promoção de exposições itinerantes de artesanato.	Incentivar e estimular a produção artesanal local. Estabelecer parcerias com clube de mães e artesanatos do município.	Crescimento da produção artesanal e qualificação desta produção, além de valorização dos artistas locais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	01 ano
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens	Busca de espaços para organização de exposições de artesãos e artistas plásticos locais e regionais.	Incentivar e estimular a produção artesanal local.	Crescimento da produção artesanal e qualificação desta produção,	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	Permanente

artísticas culturais.	e			além de valorização dos artistas locais.	Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas culturais.	a	Potencialização do artesanato por meio da Feira da Agricultura Familiar.	Incentivar e estimular a produção artesanal local.	Crescimento da produção artesanal e qualificação desta produção, além de valorização dos artistas locais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras Artesãos locais	Permanente
Fomentar criação, produção e inovação das linguagens artísticas culturais.	a	Viabilizar espaços públicos para exposição e difusão de artista, contemplando todas as áreas culturais.	Incentivar e estimular a produção artística local. Promover espetáculos no Centro de Eventos que possam unir sociedade de local e turistas.	Crescimento da produção artesanal e qualificação desta produção, além de valorização dos artistas locais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras Artistas locais	Permanente
Criar e desenvolver programas de financiamentos para os diferentes segmentos culturais.	e	Elaboração de programas, editais e planos específicos para os segmentos culturais;	Organizar mecanismos de financiamentos e capacitação de recursos para os projetos dos diferentes segmentos culturais.	Garantia da distribuição equitativa de recursos para o setor cultural.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente
Criar e desenvolver programas de financiamentos para os diferentes segmentos culturais.	e	Elaboração de Projetos de captação de recursos junto ao governo Federal, estadual e a iniciativa privada para potencializar os segmentos culturais.	Organizar mecanismos de financiamentos e capacitação de recursos para os projetos dos diferentes segmentos	Garantia da distribuição equitativa de recursos para o setor cultural.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de	Permanente

		culturais.		Política Cultural	
				Instituições Parceiras	
Criar e desenvolver programas de financiamentos para os diferentes segmentos culturais.	Aplicar nas escolas, pontos de cultura, associações, os saberes e fazeres, através de oficinas como: crochê, tricô, pintura, tapeçaria, entre outras atividades artesanais.	Organizar mecanismos de financiamentos e capacitação de recursos para os projetos dos diferentes segmentos culturais.	Garantia da distribuição equitativa de recursos para o setor cultural.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras Secretaria de Educação	Permanente

4. ECONOMIA, CULTURA E TURISMO					
OBJETIVO GERAL		Promover ações de integração entre Economia, Cultura e Turismo buscando consolidar produtos culturais gerando assim renda e desenvolvimento.			
DOCUMENTO BASE		Relatório da III e IV Conferência Municipal de Cultura			
METAS E PRIORIDADES	PRIORIDADES, DIRETRIZES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS DE EXECUÇÃO
Estabelecer a interrelação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	Incentivo por meio de legislação específica à instalação de pousadas e hotéis no município, considerando que a falta destes equipamentos turísticos constitui uma problemática no município.	Estimular a instalação de empreendimentos de infraestrutura turística e cultural no município. Incentivar restauração e reforma das pousadas e hotéis já existentes no município.	Existência de leitos de acomodação turística no município.	Prefeitura Municipal Iniciativa Privada	Permanente 10 anos
Estabelecer a	Organização de feiras de	Organizar feiras e	Complementação	Prefeitura	Permanente

inter-relação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	produtos coloniais oriundos da agricultura familiar.	espaços para comercialização de produtos culturais. Firmar parceria com clube de mães. Organizar espaço de café colonial com alimentos produzidos pelos clubes de mães das diferentes comunidades a fim de gerar renda alternativa para as famílias e atrativos turísticos para o município.	de renda familiar e continuidade dos saberes fazeres locais.	Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais	
Estabelecer a inter-relação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	Criação do Mercado Municipal	Criar espaço para comercialização dos produtos coloniais, artesanato e pesca (mercado municipal); Desenvolver projetos de resgate da cultura da pesca artesanal.	Complementação de renda familiar e continuidade dos saberes fazeres locais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais Instituições parceiras	10 anos
Estabelecer a interrelação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	Organização de espaço de café colonial com alimentos produzidos pelas famílias das diferentes comunidades a fim de gerar renda alternativa e atrativos turísticos para o município.	Organizar feiras e espaços para comercialização de produtos culturais.	Complementação de renda familiar e continuidade dos saberes fazeres locais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais	Permanente
Estabelecer a interrelação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	Organização de roteiros religiosos, gastronômicos e arquitetônicos que possibilitem que o turista permaneça maior tempo no município e consiga apropriar-se de sua identidade cultural;	Criar, consolidar e potencializar produtos e atrativos turístico-culturais do município. Criar mapas e informativos sobre as festas e roteiros culturais do município, bem como cultura gastronômica. Identificar	Promoção da permanência do turista por mais tempo no município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais Instituições Parceiras	04 anos

		através de placas informativas os roteiros turístico-culturais. Disponibilizar no site da Prefeitura informações sobre gastronomia, roteiros turístico-culturais.			
Estabelecer a interrelação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	Instituição de programas integrados de mapeamento do potencial turístico cultural.	Criar, consolidar e potencializar produtos e atrativos turístico-culturais do município.	Apropriação da identidade cultural local.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais Instituições Parceiras	Permanente
Estabelecer a interrelação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	Promoção da divulgação e marketing de produtos, contextos urbanos, destinos e roteiros turístico-culturais.	Criar estratégias de marketing (vídeos, folder, cartilhas, mapas, campanhas, etc.) para potencializar os atrativos e produtos turísticos e culturais locais	Aumento de visitante e valorização por parte dos habitantes do município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais	Permanente
Estabelecer a interrelação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	Investimentos na realização de festas tradicionais do município como produto turístico-cultural espaço para comercialização e divulgação do potencial cultural do município.	Preservar os eventos turísticos e culturais tradicionais no município.	Manutenção de culturas tradicionais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais Iniciativa Privada	Permanente
Estabelecer a interrelação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	Fomento do Turismo Religioso, de Aventura e de Lazer através da Regionalização do turismo integrando a região turística “Caminho do Canyons”;	Aderir ao programa de regionalização turística e cultural implantado no estado de Santa Catarina visando desenvolvimento integrado da região.	Crescimento econômico, turístico e cultural integrado da região do extremo sul catarinense.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	Permanente
Estabelecer a interrelação entre a cultura e	Elaboração de projetos e buscar recursos públicos e privados para investir	Captar recursos para melhoria da infraestrutura	Melhoria da infraestrutura local e sucessivo	Prefeitura Municipal	Permanente

o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	em infraestrutura turística adequada: sinalização, saneamento, acessibilidade;	local. Buscar recursos para a sinalização, acessibilidade e lixeiras.	aumento de fluxo de visitantes.	Órgão Gestor da Cultura	
Estabelecer a interrelação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	Promoção do turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura.	Aliar práticas de preservação ambiental e sustentabilidade em todas as ações de gestão cultural. Atender às necessidades dos turistas e da comunidade, protegendo e ampliando as oportunidades para o trabalho. Gerenciar os recursos implicados na atividade turística que geram benefícios sociais.	Desenvolvimento com respeito ao ambiente natural e cultural.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais Iniciativa Privada Instituições parceiras	01 ano

5. COMUNICAÇÃO E CULTURA					
OBJETIVO GERAL		Sistematizar mecanismos de divulgação, comunicação e fruição da Cultura Local.			
DOCUMENTO BASE		Relatório da III e IV Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES, DIRETRIZES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS DE EXECUÇÃO
Promover a cultura digital.	Promoção do acesso à cultura digital por meio de instalação de pontos de internet sem fio e instalação de telecentros comunitários.	Oportunizar acesso à cultura digital. Manter a biblioteca e os telecentros.	Incidência de percentuais elevados de inclusão digital.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	02 anos
Promover a cultura digital.	Criação de políticas públicas para o acesso	Oportunizar acesso à cultura	Incidência de percentuais	Prefeitura Municipal	Permanente

	gratuito de alta velocidade à internet.	digital.	elevados de inclusão digital.	Órgão Gestor da Cultura	
Promover a cultura digital.	Implantação de um sistema digital de comunicação do acervo fotográfico digital do município,	Criar sistema digital de divulgação do acervo municipal	Diversificação dos meios de acesso aos elementos da cultura e memória local.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	Permanente
Divulgar bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e culturais do município.	Criação de instrumentos de divulgação das manifestações culturais locais.	Criar diversos tipos de instrumentos de divulgação das manifestações culturais locais.	Efetivação de mecanismos de divulgação dos conteúdos culturais locais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente
Divulgar bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e culturais do município.	Criar página na rede social que comunique as atividades do Conselho de Políticas Culturais;	Criar diversos tipos de instrumentos de divulgação das manifestações culturais locais.	Efetivação de mecanismos de divulgação dos conteúdos culturais locais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	02 anos
Divulgar bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e culturais do município.	Organização de um calendário de eventos culturais anual e integrado com divulgação local e regional.	Sistematizar e organizar a realização de eventos culturais.	Organização para evitar choques de eventos e disputa de públicos. Divulgação integrada de eventos culturais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente
Divulgar bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e culturais do município.	Disponibilização de informações sobre as leis e regulamentos que regem a atividade cultural no Município, no Estado e no País e a gestão pública das políticas culturais dando transparência a dados e indicadores sobre gestão e investimentos públicos;	Promover a transparência administrativa na gestão cultural.	Comunicação de dados da administração pública da cultura.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	02 anos

Divulgar bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e culturais do município.	Incentivo para regularização da rádio cultural comunitária.	Regularizar a rádio cultural comunitária.	Divulgar bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e culturais do município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	01 ano
Divulgar bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e culturais do município.	Criação do “museu digital” (equipamentos).	Ampliar o acesso ao Museu.	Divulgar bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e culturais do município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	05 anos

7 RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

Após sua implantação, o Plano Municipal de Cultura deverá resultar na garantia dos direitos culturais à população municipal, entre eles a produção, a fruição, a participação e o acesso à cultura em suas variadas dimensões, por meio de programas específicos para cada segmento cultural.

Estima-se com a execução do plano a promoção de maior autonomia do Órgão Gestor de Cultura e a democratização de recursos financeiros, criando de uma Política Cultural Municipal que tenha continuidade independente da gestão de governo.

7.1 RECURSOS MATERIAIS HUMANOS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

Como recursos materiais, a execução do plano conta com os equipamentos culturais públicos, com proposta de parceria para ocupação de espaços da iniciativa privada para desenvolvimento de ações culturais.

Gestores públicos, técnicos e especialistas capacitados e com experiência na gestão cultural comporão o quadro de funcionários municipais, sendo primordial o incentivo ao trabalho conjunto com o Conselho Municipal de Política Cultural, artistas, produtores e agentes culturais visando à qualificação e a democratização da gestão municipal.

7.2 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

O financiamento se efetivará por meio de dotação orçamentária específica para a gestão pública da cultura, bem como com recursos do Fundo Municipal de Cultura para o fomento da área no município, estabelecidos na Lei Orçamentária Anual. Parcerias deverão ser firmadas como complemento de recursos, buscando transferências federais e/ou estaduais; doações e legados; e outras receitas legalmente incorporáveis ao Fundo.

O Fundo Municipal de Cultura poderá financiar projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos mediante fixação de programas ou editais, os projetos deverão ser aprovação pelo

Conselho Municipal de Políticas Culturais que deverá levar em conta a adequação orçamentária, a viabilidade de execução e a capacidade técnico-operacional do proponente, além das diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho.

7.3 INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Como indicadores serão utilizadas as informações contidas no conteúdo do Plano Municipal de Cultura de Turvo, fortalecidos por dados obtidos junto ao IBGE e outras fontes de informações. O Plano Municipal de Cultura deste município tem validade por 10 (dez) anos a partir da data de sua publicação, tendo avaliação geral a cada 5 (cinco) anos e avaliação setorial a cada dois anos em fórum específicos de cada segmento cultural.

Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural a fiscalização para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas da cultura. Cabe ao órgão Gestor de Cultura disponibilizar acesso a estatísticas, indicadores e outras informações para o acompanhamento do desempenho do Plano.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Cultura de Turvo é objeto de reivindicação incansável da sociedade civil, o qual foi construído com os diversos segmentos culturais do município. Por ser um instrumento de planejamento estratégico, o PMC necessita ser acompanhado, avaliado e monitorado, tanto pelo Poder Público, como pela Sociedade Civil, no que diz respeito à implementação das Políticas Públicas Culturais.

Ao finalizar-se um trabalho tão importante como este, não devemos deixar de fazer alusão à participação da sociedade civil, que debateu assuntos da maior relevância para a cultura local e para o fortalecimento da gestão pública de cultura de Turvo.

Dessa forma, o poder público de Turvo apresenta aos seus munícipes o PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, construído para ser o instrumento de gestão que dará novos rumos à área cultural deste município.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, A. . **O que é cultura popular**. 13 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

AYALA, M.; AYALA, M. I. N. **Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise**. 2. ed São Paulo: Ed. Ática, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO. C. R.. **Viver de Criar Cultura, Cultura Popular, Arte e Educação**. In: SALTO PARA O FUTURO. Cultura Popular e Educação. Brasília: TV ESCOLA/SEED/MEC, 2008, p. 25-38.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2010.

LANDIM, Paula. **Percepção e Preservação do Patrimônio Arquitetônico**. In: V Seminário Nacional. I Encontro Latino Americano de Preservação e Revitalização Ferroviária. Anais. Piracicaba, SP, 2001.

BRASIL. **Decreto no. 3551 de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Acesso em 22 de julho de 2012. (Camargo 2002, p. 31).

CANCLINI, N. G. **Cultura Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CAROLA, C. R.; DASSI, N. **Era uma vez o rio Mãe Luzia**. Criciúma, SC: UNESC, 2014.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.

IBGE. **Perfil das Cidades Brasileiras**. Disponível em: <www.ibge.gov.com.br>. Acesso em: 11 nov, 2015.

LEMOS, C. A. C. **O que é Patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

POSSAS, Lúcia M. V. **Rastreado pistas – a observação nas praças da cidade**. In Revista Brasileira de História 25/26: Memória, história e historiografia. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1993. p. 233-259.

PEDRO, J. M. et al. **Negro em Terra de Branco; Escravidão e Preconceito em Santa Catarina no Século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PIAZZA, W. F. **Santa Catarina: Sua História**. Ed. da UFSC e Ed. Lunardeli. 1983.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Inventário e Patrimônio Cultural no Brasil**. In: História de São Paulo, v. 26 n. 2, p. 257-268, 2007.

_____. **O Patrimônio em questão**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. PUC-SP, vol. 20, 2000. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10820/8038>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. **O SPHAN e a Redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em pedra e cal**. PUC-SP: Dissertação de Mestrado, 1995.

RÉMOND, R. **O Século XIX: 1915 – 1914**. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1997

SANTOS, J. L. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e Brancos no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1995.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **MUSEU E EDUCAÇÃO: conceitos e métodos**. 2001.

[HTTP://www.rem.org.br/download/MUSEU_E_EDUCA_O_conceitos_todos_Porto_Alegre%5B1%5D](http://www.rem.org.br/download/MUSEU_E_EDUCA_O_conceitos_todos_Porto_Alegre%5B1%5D). Acesso em 15 de abril de 2013.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 17 de Outubro de 2003. Disponível

em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>.

Acesso em: 30 ago. 2015.

VARINE-BOHAN, H. **A experiência internacional: notas de aula**. São Paulo: FAU-USP, 1974.

LEIS DO MUNICÍPIO DE TURVO

Lei Orgânica.

Lei nº 607/84 Dispõe Sobre a Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município e Cria Órgão Competente

Lei nº 2.260/15 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Turvo /SC, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financeiros, e dá outras providências.

PUBLICAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO

www.turvo.sc.gov.br. Acesso em: 26 de novembro de 2015.

www.ibge.gov.br. Acesso em: 26 de novembro de 2015.